

Quem disse ?

«A democracia está a ser desvirtuada, o Estado está a passar à clandestinidade»

Manuel Alegre
Expresso, 20 de Maio

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1065 • 25 MAIO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/impressao/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



António Guterres identifica desafios da democracia

É preciso aproximar os cidadãos da política

O primeiro-ministro defendeu segunda-feira a necessidade de resolver o problema do afastamento e alheamento das populações em relação ao poder político. António Guterres falava durante a abertura de um seminário sobre «A Comunicação e o Marketing Político na era da Internet», que decorreu no Centro Cultural de Belém, Lisboa.

«É preciso aproveitar as novas tecnologias da sociedade da informação e do conhecimento para repensar novas formas de promover uma mais eficaz participação dos cidadãos no funcionamento das democracias representativas», disse. Nesta perspectiva, António Guterres focou três questões: a actual natureza dos partidos políticos e a sua adequação à sociedade moderna, a promiscuidade entre os poderes político e mediático e as formas de representação institucional na sociedade.

Apesar de um ou outro momento de efectiva participação popular, como sucedeu no caso Timor-Leste, a realidade é que em geral há «um grande alheamento» da população face à vida política e, inclusive, «uma certa rejeição ao envolvimento na vida política de elementos que fazem parte dos sectores mais dinâmicos da sociedade», disse.

«Qualquer análise lúcida sobre a situação actual dos partidos políticos revela que eles têm hoje uma fraca capacidade de atracção em relação sobretudo às camadas mais jovens e mais dinâmicas da população», observou.

Quanto às relações entre os «media» e o poder, o primeiro-ministro disse que um dos seus efeitos é a «extrema simplificação do discurso político», tornando-o inapto para «discutir com profundidade problemas complexos».

«E há também uma lógica de pressão sobre a vida das organizações -que as fazem transformar em sistemas extremamente sensíveis aos índices de audiência ou às sondagens de natureza política e tendem a perverter de forma significativa a capacidade de uma sociedade se organizar seriamente para enfrentar e discutir os seus problemas e encontrar para eles soluções».

António Guterres anuncia mudanças na fiscalidade e na saúde

Redução das categorias do IRS Maior humanização nos hospitais

A pedido do próprio Governo, o primeiro-ministro esteve na Assembleia da República para apontar algumas medidas que serão tomadas a breve prazo. No domínio da fiscalidade, os contribuintes cumpridores vão ser beneficiados com um desagravamento, ao mesmo tempo que serão intensificados os mecanismos de combate à fraude e à evasão fiscal. No debate sobre o estado da Nação, António Guterres também teve a oportunidade de apresentar mudanças no sector da saúde, através da introdução de mudanças no sistema de atendimento dos doentes e pela aposta nos genéricos. Em termos de médio prazo, o chefe do Governo aludiu à necessidade de estender ao maior número possível de famílias computadores com ligação à Internet. Por outro lado, garantiu que até ao final deste ano, os preços dos combustíveis não voltarão a subir, apesar de ter lamentado que se o PSD estivesse no poder os aumentos teriam sido muito superiores.

Sociedade & País

Governo Regional dos Açores anuncia Vão ser investidos cerca de quatro milhões de contos na Educação



O secretário regional da Educação e Assuntos Sociais, Alamo Meneses, anunciou que o Governo açoriano vai investir mais de quatro milhões de contos no sector da Educação ao longo deste ano. O governante açoriano, que falava no dia 13 num debate da Juventude Socialista do Faial, subordinado ao tema «Educação para o Século XXI», referiu que «está é uma aposta ímpar num sector que nunca beneficiou de tantas verbas como agora».

Sociedade & País

Descriminalização do consumo de droga Governo rejeita referendo



O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros rejeitou, dia 18, a realização de um referendo nacional sobre a descriminalização do consumo de drogas, considerando que a sugestão é apenas uma tentativa para não haver qualquer mudança. Vitalino Canas, que tutela a área da toxicod dependência, falava na sessão de lançamento da Campanha Nacional de Prevenção da Droga em espaços lúdicos nocturnos - «Agarrar a Noite Sem Perder a Vida» -, promovida pelo Projecto Vida, que decorreu em oito distritos do País.



Modernidade, Humanização e Justiça

O primeiro-ministro, António Guterres, esteve na Assembleia da República na passada semana, no debate sobre política geral.

Coincidindo com o crescente aumento de críticas, por parte das oposições, à forma como o Executivo socialista tem vindo a governar durante este período de presidência portuguesa da União Europeia, Guterres aproveitou para responder às calúnias de que tem sido alvo, afirmando que «a presidência da União Europeia não nos distrai dos problemas nacionais e não nos impede de trabalhar para a sua resolução.»

Para António Guterres, «o salto apreciável que o País deu nos últimos quatro anos não nos enche de auto-satisfação, obriga-nos sim a constantemente desenvolver novas ideias, novas medidas, novas políticas para enfrentar os novos problemas a que o País faz face, ou resolver melhor problemas antigos que teimam em persistir.»

Mostrando-se perfeitamente conhecedor da realidade portuguesa e das dificuldades que o País atravessa, o primeiro-ministro não deixou de salientar que, apesar dos inevitáveis aumentos dos combustíveis – que tanta polémica têm causado –, os «fundamentos da economia portuguesa estão agora mais sólidos que em 1999, uma vez que o principal motor do crescimento está mais no investimento e nas exportações e menos no consumo público e privado.»

O facto é que o desemprego continua a descer, sobretudo o dos jovens, incluindo os diplomados, o das mulheres e o de longa duração. Por isso há hoje todas as razões para termos confiança no futuro.

Guterres ainda fundamentou com mais profundidade esta situação ao comparar os diversos indicadores deste ano, francamente superiores aos de igual período do ano transacto. Reconhecendo que não cedeu às diferentes pressões para novos aumentos da Função Pública porque iria prejudicar os trabalhadores e disparar a inflação, afirmou que o Governo está a fazer tudo para evitar a repercussão do aumento dos combustíveis nos preços em geral.

Na sua intervenção, Guterres falou, sobretudo, de futuro e das excelentes perspectivas que existem para um maior desenvolvimento do nosso país. Neste âmbito, está o III Quadro Comunitário de Apoio, já aprovado, e que será a mola impulsora para a recuperação, de uma vez por todas, do nosso atraso estrutural.

Falando de futuro, António Guterres salientou as grandes linhas de inovação que o Governo tem em lançamento e que compreendem três objectivos essenciais: modernidade, humanização e justiça.

Na área da modernidade, salientou o lançamento, este semestre, do Programa Portugal Digital, que proporcionará um salto qualitativo na difusão das tecnologias de informação, repercutindo-se em diversas áreas da vida pública e social.

A humanização é outra das apostas deste Executivo, sobretudo através de uma intervenção profunda no sector da saúde.

Finalmente, na área da justiça, Guterres destacou as reformas em curso visando a promoção de um tratamento cada vez mais igual dos diversos cidadãos em idêntica situação.



LUTA CONTRA O DESEMPREGO É PRIORIDADE DO PS

Na primeira página do «AS» de 27 de Maio de 1982 o título «Luta contra o desemprego é prioridade do projecto PS».

Tratava-se de um projecto do Gabinete de Estudos do PS, de que era responsável o camarada Walter Rosa, que no plano económico e social considerava como prioridade a luta contra o desemprego.

Esta edição do órgão oficial do PS dava ainda uma vasta cobertura às intervenções dos deputados socialistas na Assembleia da República.

As intervenções dos parlamentares socialistas Jorge Sampaio, Marcelo Curto, Mata Cárceres e Manuel Alegre eram objecto de um amplo destaque nas páginas do «AS». Na altura, o então Governo da AD estava em agonia. O Governo do centro-direita debatia-se ainda internamente com uma guerra intestina entre o PSD e o CDS, os dois partidos que integravam a coligação no poder.

A crise económica e social que então se vivia era profunda e o Governo mostrava-se cada vez mais incapaz de a superar.

J. C. B.

27 de Maio

Quem disse?

«A polícia não se destina à repressão sob o pretexto de manutenção da ordem»

Jorge Sampaio

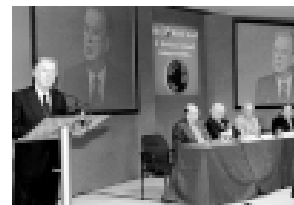


Sampaio realça papel do turismo a favor da paz e da tolerância

O Presidente da República, Jorge Sampaio realçou em Vila Moura o papel do turismo como factor «fomentador de paz e tolerância a nível mundial».

Jorge Sampaio, que falava na segunda cimeira mundial de viagens e turismo, realizada no dia 12, em Vila Moura, salientou a importância do turismo na área das relações internacionais, destacando que se trata de «um excelente veículo para a aproximação dos povos do mundo».

Jorge Sampaio, que falava para uma audiência que contava com os mais importantes operadores turísticos nacionais e internacionais, salientou a importância económica do sector que, «gera permanentemente novos postos de trabalho e contribui decisivamente em numerosos países para o equilíbrio da balança de pagamentos, desempenhando um papel importante no



que respeita ao desenvolvimento regional», sublinhou.

O Presidente da República defendeu «uma cooperação internacional» na área do turismo, garantindo nesse sentido todo o apoio de Portugal, e considerou as dificuldades ainda colocadas por alguns países ao direito de viajar, como um dos obstáculos ao desenvolvimento do sector.

Militares e resistentes antifascistas debatem «O 25 de Abril - génese e eclosão»

Diversas personalidades, entre resistentes antifascistas e militares de Abril, participaram terça-feira e quarta-feira no colóquio «O 25 de Abril - Génese e Eclosão», organizado pelas associações cívicas de intervenção social, cultural e ambiental Matria e Forum Libero Animo.

Génese do 25 de Abril - resistência à ditadura» foi o tema do primeiro dia do colóquio que contou com a participação de Alberto Martins, ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública, Diana Andringa, jornalista, Eugénio Oliveira, Grão-Mestre da Maçonaria, o camarada Fernando Pereira Marques e ainda o resistente antifascista Manuel Serra.

No primeiro dia do colóquio, moderado por Vasco Lourenço, participaram ainda

Medeiros Ferreira, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e Pedroso Marques, presidente do conselho de administração da Agência Lusa.

Quarta-feira, o tema do colóquio foi «O 25 de Abril - o derrube da Ditadura», que foi discutido por vários militares de Abril, entre os quais Carlos Fábão, Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Sousa e Castro, Apriégio Ramalho e Mário Tomé.

O colóquio que se insere nas comemorações do 25 de Abril conta ainda com os apoios da Associação 25 de Abril, Câmara Municipal de Lisboa e delegação de Lisboa do Instituto Português da Juventude.

O evento realizou-se nas instalações do Instituto Português da Juventude, em Lisboa.

Açores

Via rápida pronta em três anos

A via rápida que vai ligar as zonas urbanas de Ponta Delgada e de Lagoa, na ilha de São Miguel, custará 3,2 milhões de contos (16 milhões de euros), prevendo-se a sua conclusão dentro de três anos.

Na apresentação do empreendimento, realizada no dia 19 em Ponta Delgada, o secretário da Habitação e Equipamentos açoriano, José Contente, adiantou que a nova estrada, com uma extensão de 8,2 quilómetros, vai dispor de quatro faixas de rodagem e de quatro nós de ligação.

O obra, que é lançada a concurso público em Junho, permitirá retirar o trânsito que

circula entre Ponta Delgada, Lagoa e Vila Franca do Campo da freguesia de São Roque, respondendo às exigências dos respectivos moradores.

José Contente anunciou, também, que o Governo Regional dos Açores pretende avançar com um outro projecto para melhorar a circulação rodoviária entre o Norte e Sul de São Miguel – a via rápida Ribeira Grande-Lagoa.

Dados que o revelou o secretário indicam que a administração regional investiu nos últimos três anos cerca de 11 milhões de contos (55 milhões de euros) em intervenções em 200 quilómetros de estradas.

REDUÇÃO DAS CATEGORIAS DO IRS E MAIOR HUMANIZAÇÃO NOS HOSPITAIS

A pedido do próprio Governo, o primeiro-ministro esteve na Assembleia da República para apontar algumas medidas que serão tomadas a breve prazo. No domínio da fiscalidade, os contribuintes cumpridores vão ser beneficiados com um desagravamento, ao mesmo tempo que serão intensificados os mecanismos de combate à fraude e à evasão fiscal. No debate sobre o estado da Nação, António Guterres também teve a oportunidade de apresentar mudanças no sector da saúde, através da introdução de mudanças no sistema de atendimento dos doentes e pela aposta nos genéricos. Em termos de médio prazo, o chefe do Governo aludiu à necessidade de estender ao maior número possível de famílias computadores com ligação à Internet. Por outro lado, garantiu que até ao final deste ano, os preços dos combustíveis não voltará a subir, apesar de ter lamentado que se o PSD estivesse no poder os aumentos teriam sido muito superiores. Ao longo do corrente ano, também garantiu que a generalidade dos trabalhadores conhecerá um aumento sensível do poder de compra. No período de debate com os líderes da oposição, o chefe do Governo voltou a marcar pontos, embora tivesse manifestado a sua surpresa por nenhum deles ter apresentado propostas alternativas às do Governo. Disse, ainda, que não estará disposto a facilitar a vida a quem deseja vê-lo pelas costas e frisou que, perante dificuldades, nunca optará pelo caminho das facilidades.

Subordinada ao tema «A situação política do país e a estratégia do Governo para Portugal», António Guterres levou à Assembleia da República uma intervenção cheia de novidades, a começar pelas áreas da saúde e da fiscalidade. No domínio da saúde, o chefe do Governo destacou a particular importância do combate às listas de espera em cirurgia. Como anunciou perante os deputados no debate do estado da Nação, o Ministério da Saúde vai divulgar em breve a lista dos hospitais públicos que aderiram, o número de cirurgias a realizar e celebrará um protocolo com a União das Misericórdias Portuguesas e convenções com o sector privado, que ficarão sujeitas a rigorosa triagem para evitar qualquer promiscuidade perversa. «Ninguém pode aceitar que se pague fora a quem deveria



ter feito o mesmo no hospital público», advertiu António Guterres.

Mas, segundo o líder do Partido Socialista, estão também previstas várias medidas ao nível do atendimento, acompanhamento e conforto das pessoas, sendo lançados ainda este ano quatro distintos programas: qualidade na admissão e circuito do doente nos hospitais; conforto das salas de espera; extensão das consultas de especialidade aos centros de saúde e marcação telefónica de consultas. Igualmente até Dezembro próximo, arrancarão cinco programas-alvo, incidindo sobre o plano oncológico nacional, programas nacionais da via verde coronária, controlo da asma, cuidados paliativos e de luta contra a dor, ao mesmo tempo que se reformulará o programa nacional de luta contra a tuberculose.

Por outro lado, de acordo com o primeiro-ministro, «a nova política do medicamento incidirá fundamentalmente nos genéricos, na revisão do sistema de comparticipações, na abertura das farmácias hospitalares aos doentes das urgências e no redimensionamento das embalagens de medicamento. Mais qualidade, mais segurança, mais conforto e mais economia», assim sintetizou o chefe do Governo o conjunto de medidas

para o sector da saúde.

Outro ponto importante do discurso do primeiro-ministro no Parlamento residiu na garantia de maior justiça fiscal, lembrando que o Governo, logo no começo da presente legislatura, definiu um programa de aprofundamento da reforma fiscal, sucessivamente dirigido a cinco objectivos prioritários: o IRS, o IRC, a questões relacionadas com o regime de infracções tributárias e de garantias dos contribuintes e à tributação do património e da energia. Como revelou António Guterres, a primeira proposta que será enviada ao Parlamento relacionar-se-á com o IRS «na sequência das medidas já profundamente inovadoras constantes nos orçamentos de Estado de 1999 e 2000». Como explicou na sua intervenção, «o que está em causa é fazer com que todos paguem o que devem, para que os cumpridores possam pagar menos e para se reduzirem as desigualdades de tratamento em relação aos diversos contribuintes». No sentido de promover o caminho da igualdade de tratamento entre todos os contribuintes, o Executivo socialista vai reduzir de nove para seis as categorias de rendimentos e serão eliminadas várias situações relevantes sujeitas a taxa liberatória, com a revisão consequente dos escalões da tabela geral. Ou seja, por esta via, será

aliviada a carga fiscal dos trabalhadores por conta de outrem.

«Simultaneamente, serão reforçados os mecanismos de combate à fraude e à evasão, prioridade essencial da legislatura e será feita a reavaliação dos benefícios, deduções e abatimentos numa lógica que terá a família no centro das preocupações», acrescentou o primeiro-ministro, para quem o Governo quer caminhar «na linha da verdade e da justiça, promovendo um retrato cada vez mais autêntico da situação contributiva de todos e um tratamento cada vez mais igual dos diversos cidadãos em idêntica situação». No âmbito do objectivo de promoção da justiça, o Governo lançará igualmente um programa de apoio às famílias jovens, sobretudo aquelas que, em meio urbano, mais dificuldades têm vindo a encontrar na sua integração na sociedade moderna. Assim, o programa incidirá na transição para a vida activa e nos apoios à conciliação das vidas familiar e profissional. Já no que respeita a apoios à família e à estabilidade no emprego, o Governo socialista vai conceder incentivos à transformação de contratos a termo em contratos permanentes (no final do primeiro contrato a termo), pretende duplicar em cinco anos os estágios profissionais para jovens licenciados e bacharéis à procura do primeiro emprego, assim como criar o

programa rotação emprego/famílias, através de incentivos à substituição temporária de pais que beneficiem das licenças de maternidade e paternidade. Por outro lado, haverá uma majoração significativa do abono de família, nos casais ou nas famílias monoparentais com mais de dois filhos (em que ambos os membros trabalhem, ou, pelo menos, um parente adulto); o lançamento do programa creches 2000, que visa duplicar o número de lugares disponíveis para crianças em creches, contemplando assim o crescimento do pré-escolar; o desenvolvimento de complementos de horários no pré-escolar e no primeiro ciclo públicos, com participação das famílias e da sociedade civil e sem pôr em causa os direitos dos professores para permitir que as crianças permaneçam na escola até às 18,30 horas; e a majoração dos abatimentos fiscais relacionados com dependentes nas famílias monoparentais.

Generalizar internet no País

Outras garantias deixadas por António Guterres em termos de melhoria significativa de qualidade de vida é que, até 2006, o país terá 85 por cento de taxa de escolarização no ensino secundário e a totalidade dos resíduos sólidos (urbanos, hospitalares e industriais) e 90 por cento das águas residuais convenientemente tratados em grandes sistemas de gestão moderna. De acordo com o primeiro-ministro, está também em causa «uma mudança de escala, uma aceleração sem precedentes na difusão das tecnologias de informação em Portugal».

Por isso, até ao final de 2004, pelo menos metade das famílias portuguesas terão computador com ligação à Internet em casa. Essa ligação deverá estar disponível em banda larga por três meios concorrenciais com tarifas acessíveis e não temporizadas. Por sua vez, os acessos a baixa velocidade deverão ter um custo meramente simbólico, sendo mesmo gratuito o exercício de certos direitos da cidadania. Como anunciou na semana passada o ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho, o concurso de atribuição de frequências UMTS, que faz convergir num único aparelho a terceira geração de telefones móveis e a Internet, terá um caderno de encargos preciso sobre os serviços a prestar à comunidade. Ainda na política de atribuição de facilidades de acesso a equipamentos e redes, António Guterres sublinhou que terão prioridade os professores, os formadores e os alunos. Assim, já no final do próximo ano, estará concluída a ligação da Internet das escolas do primeiro ciclo do ensino básico, enquanto em 2003 se terminará a rede de postos públicos de acesso à Internet em todas as freguesias.

«O nosso objectivo é fazer com que rapidamente dois milhões de portugueses adquiram diplomas de competências básicas no uso das tecnologias da informação. Objectivos ambiciosos que serão fixados para a multiplicação exponencial dos conteúdos em português na Internet e do volume do comércio electrónico das empresas portuguesas e do Estado», explicou o primeiro-ministro.



Ainda no que respeita à generalização das Internet, tendo em vista ligar pessoas, empresas e o Estado, haverá medidas concretas ao nível da reforma da Administração Pública. Assim, Portugal terá todos os formulários oficiais na Net em 2001, assim como haverá a possibilidade generalizada de entrega de documentos e declarações por via electrónica em 2003. Por outro lado, todos os serviços públicos estarão on-line» até 2005, com atendimento não presencial fora das horas normais. Trata-se, sublinhou o secretário-geral do PS, de «uma revolução para nos simplificar a vida e libertar definitivamente o peso da burocracia».

Desiludam-se os querem ver-me pelas costas

No seu discurso, no Parlamento, o primeiro-ministro também deixou um conjunto de avisos às oposições, afirmando que «quem luta por convicções profundas não se cansa, por muitas horas que se exija a si próprio. Quem sente as dificuldades vividas por tantas e tantas famílias não se farta de estar ao seu lado. Não me sinto agarrado ao poder, mas também não estou disposto a facilitar a vida aos que gostariam de me ver pelas costas, só para facilitar a sua própria afirmação», declarou o chefe do Governo, recebendo uma prolongada salva de palmas dos deputados do Grupo Parlamentar do PS.

Como sublinhou António Guterres, o intenso esforço requerido pelo Governo pela presidência da União Europeia para justificar ou desculpar seja o que for». No entanto, frisou o primeiro-ministro, «nada nem ninguém» o impedirá «de fazer tudo quanto puder e souber para, em nome de Portugal, garantir o êxito da presidência da

União Europeia, projectar internacionalmente o prestígio do nosso país e ajudar a criar uma Europa politicamente mais unida e democrática, economicamente mais competitiva e socialmente mais justa – a Europa da cidadania e do emprego, da modernidade, do conhecimento e do combate à exclusão». Mas o primeiro-ministro deixou ainda outras sérias advertências já no final da sua intervenção: «aos que tudo fazem para comprometer essa estabilidade, ou aos que pensam que vale a pena desencadear uma crise política só para alcançar mais um punhado de votos, lembramos que o país precisa de estabilidade». De um aspecto, segundo António Guterres, disse todos poderem estar certos. «Não irei pelo caminho da facilidade. Quaisquer que sejam as respectivas consequências, farei sempre e só aquilo que a consciência me apontar como meu dever para com Portugal e os portugueses», disse.

mercados internacionais e ao recente aumento do crude nos mercados internacionais. «Se o PSD fosse Governo, ficou já provado que o preço da gasolina teria aumentado mais», referiu, após a intervenção de Durão Barroso, antes de rejeitar quaisquer objectivos eleitoralistas por parte do Governo. «Se as tivéssemos tido, o aumento dos preços teria aumentado logo no dia seguinte às eleições legislativas», justificou. Pelo contrário, o objectivo do executivo foi «poupar os portugueses a sacrifícios», disse. Por essa razão, o primeiro-ministro assegurou que até ao final do corrente ano de execução orçamental o preço dos combustíveis não irá aumentar em Portugal, sendo também improvável que nova alta de preços ocorra até ao final da legislatura. Depois das críticas feitas pelo presidente do PSD, com ironia, António Guterres ainda referiu que faria muitas coisas diferentes se ainda fosse líder do maior partido da oposição. Por exemplo, não teria criticado a realização do referendo em Timor-Leste, não teria também criticado precipitadamente a cimeira euro-africana (que acabou por ser um sucesso), nem acusaria o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de racismo e de xenofobia.

Jorge Coelho ataca oposições

Já no debate com o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, o primeiro-ministro voltou a garantir que ao longo do corrente ano a generalidade dos trabalhadores não perderá poder de compra. Caso isso aconteça em relação a alguns – o que é improvável –, mesmo assim, o Executivo está disposto a compensar esses trabalhadores no exercício do ano orçamental de 2001. O encerramento do debate esteve a cargo do ministro da Presidência e do Equipamento Social, Jorge Coelho, que acusou sobretudo o PSD de não ter apresentado uma única boa ideia, apenas estando interessado em desgastar o Governo, mesmo que essa tática seja prejudicial aos portugueses. «Durão Barroso aposta na radicalização e esquece os portugueses. Aliás, trata-se de um mal recíproco, porque também os portugueses lhe dão pouca importância. Quem não tem força, ânimo e convicção como líder do maior partido da oposição, também nunca poderá ter condições para ser primeiro-ministro de Portugal», criticou ainda o camarada Jorge Coelho.

O ministro da Presidência mostrou-se ainda surpreendido com o carácter radical dos discursos feitos pelo presidente do PSD. No entanto, para ser consequente com esse radicalismo «deveria ter apresentado uma moção de censura ao Governo, fazendo assim a vontade de Alberto João Jardim. Para Jorge Coelho, a oposição quer fazer tudo para impedir o Governo de governar, impedindo que cumpra as suas metas. Lembrou, no entanto, que nas últimas semanas «a principal actividade do PSD passa por dar um prazo de validade ao seu líder. Uns dão uns meses, outros dão apenas alguns dias», referiu ainda, fazendo votos que as oposições resistam à tentação de provocar eleições antecipadas.

O ministro da Presidência mostrou-se ainda surpreendido com o carácter radical dos discursos feitos pelo presidente do PSD. No entanto, para ser consequente com esse radicalismo «deveria ter apresentado uma moção de censura ao Governo, fazendo assim a vontade de Alberto João Jardim. Para Jorge Coelho, a oposição quer fazer tudo para impedir o Governo de governar, impedindo que cumpra as suas metas. Lembrou, no entanto, que nas últimas semanas «a principal actividade do PSD passa por dar um prazo de validade ao seu líder. Uns dão uns meses, outros dão apenas alguns dias», referiu ainda, fazendo votos que as oposições resistam à tentação de provocar eleições antecipadas.

DESTAQUE – CM

Pescas

LINHA DE CRÉDITO PARA MINORAR CRISE



O Executivo socialista decidiu, no dia 18, criar uma linha de crédito destinada às entidades do sector das pescas em situação financeira difícil.

A linha de crédito criada destina-se às entidades do sector das pescas em situação financeira crítica e visa permitir a renegociação de dívidas em curso referentes a financiamentos nas áreas da modernização e reconversão das estruturas produtivas e ligados a investimentos realizados entre 1 de Janeiro de 1994 e a data da entrada em vigor deste diploma.

Procura-se com esta medida minorar de forma sensível os constrangimentos de natureza financeira, assim como a crescente pressão concorrencial das produções oriundas de países terceiros, que se têm vindo a repercutir de forma sensível no desempenho das empresas do sector pesqueiro, originando situações difíceis de serem ultrapassadas.

Em termos objectivos o diploma estipula que terão acesso à linha de crédito (cujo montante global não poderá exceder os 12 milhões de contos) as pessoas singulares ou colectivas do sector da pesca com sede no território nacional, que se dediquem à actividade da pesca, da aquicultura e da transformação e comercialização, e indústria, e que tendo apresentado um plano de reestruturação, apresentem viabilidade técnica e económico-financieira. Os empréstimos são concedidos pelo prazo máximo de dez anos e amortizáveis anualmente, até ao máximo de oito prestações de igual montante, ocorrendo a primeira amortização no máximo três anos após a data prevista para a utilização do crédito.

Em termos de bonificação de juros são estabelecidas as seguintes percentagens: 62 por cento (primeiro ano); 46 por cento (segundo e terceiro ano); 30 por cento (quarto e quinto ano); 20 por cento (sexto ano).

DESTAQUE – CM

Açores

AUTONOMIA NA PILOTAGEM DE PORTOS E BARRAS

O Conselho de Ministros aprovou quinta-feira, na generalidade, um decreto-lei que transfere para o Governo da Região Autónoma dos Açores as atribuições e competências relativas à pilotagem dos portos e barras até agora exercidas pelo Governo da República.

Na Região Autónoma dos Açores verifica-se, actualmente, uma insuficiência significativa de pilotos no quadro de

peçoal civil da Marinha por não ter vindo a ser possível efectuar admissões nos últimos anos, o que tem representado uma sobrecarga de actividade dificilmente sustentável por parte dos pilotos.

Este diploma vem possibilitar que os pilotos dos portos dos Açores (actualmente os únicos a dependerem hierarquicamente da Marinha) se venham a integrar nos quadros das Juntas Autónomas dos Portos.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 18 de Maio

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que cria uma linha de crédito destinada às entidades do sector das pescas em situação financeira difícil;
- Um decreto-lei que actualiza em dois por cento as taxas de imposto municipal sobre veículos;
- Um decreto-lei que transfere para o Governo da Região Autónoma dos Açores as atribuições e competências relativas à pilotagem dos portos e barras até agora exercidas pelo Governo da República;
- Um decreto-lei que disciplina o modo de titular a alienação de imóveis do Estado e dos organismos públicos dotados de personalidade jurídica, com ou sem autonomia financeira, que não revistam a natureza, forma ou designação de empresa pública, efectuada através de hasta pública ou de ajuste directo;
- Uma resolução que estabelece regras e procedimentos que regularão o gradual ajustamento da gestão da tesouraria dos serviços e fundos autónomos ao modelo de centralização da tesouraria da Administração Central;
- Um decreto-lei que regulamenta os procedimentos a adoptar em relação às características e elementos a que devem obedecer os veículos a motor de duas ou três rodas, nomeadamente, visando a homologação comunitária dos referidos veículos;
- Um decreto-lei que regulamenta as homologações de veículos, sistemas e unidades técnicas, relativamente às emissões poluentes e, simultaneamente, transpõe para o direito interno as respectivas directivas comunitárias;
- Um decreto-lei que revoga métodos de análise para o controlo oficial dos alimentos para animais previstos no anexo à Portaria n.º 816/89, de 14 de Setembro, transpondo para a ordem jurídica nacional a directiva n.º 98/54/CE, da Comissão, de 16 de Julho;
- Uma resolução que aprova, para ratificação, a convenção entre a Portugal e o Canadá para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e respectivo protocolo;
- Uma resolução que aprova, para ratificação, a convenção para a protecção dos direitos humanos e da dignidade do ser humano face às aplicações da Biologia e da Medicina: Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina, aberta à assinatura em Oviedo, em 4 de Abril de 1997, e o protocolo adicional que proíbe a clonagem de seres humanos, aberto à assinatura em Paris, a 12 de Janeiro de 1998;
- Uma resolução que aprova, para ratificação, o acordo entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a Confederação Suíça, por outro, sobre a livre circulação de pessoas;
- Um decreto que aprova o acordo entre Portugal e o México sobre a promoção e protecção recíprocas de investimentos, assinado na Cidade do México, em 11 de Novembro de 1999;
- Um decreto que declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o centro histórico da cidade de Torres Vedras;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Portimão;
- Uma resolução que nomeia Vasco Manuel da Silva Pereira para o cargo de presidente do Instituto de Gestão de Crédito Público e António Abel Sancho Pontes Correia, bem como Emanuel Augusto dos Santos para os cargos de vogais do Conselho Directivo deste Instituto.



PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO

O ministro Adjunto, Armando Vara, declarou-se convicto de que a holding Portugal Global permitirá a obtenção de poupanças na gestão da Lusa, RTP e RDP e criará condições para «esbater a polémica» à volta do serviço público de televisão.



Armando Vara, que falava, sexta-feira, em Lisboa, durante a sessão de apresentação do Conselho de Administração da holding, encarregado da gestão das participações do Estado nos órgãos de Comunicação Social Lusa, RTP e RDP, adiantou que «o Governo tudo fará para garantir o sucesso pleno» da Portugal Global.

Para o governante, a constituição da Portugal Global deve ser vista como «o ponto de partida para uma forma qualitativamente diferente de encarar o sector» de Comunicação Social do Estado, que passará por responder aos desafios da nova economia.

As poupanças que a Portugal Global permitirá obter resultarão das economias de escala possíveis devido à gestão conjunta das participações do Estado nas três empresas, sendo esta, segundo Vara, a primeira razão para a criação da holding.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, defendeu, no dia 19, a criação de associações de municípios com uma estrutura mais rígida do que as actuais, dirigidas por órgãos democraticamente eleitos.

Segundo o governante, esta seria uma forma de o Executivo poder avançar com a descentralização de competências para os órgãos intermunicipais.

Fernando Gomes falava, em Constância, depois da inauguração do Centro de Apoio à Dinamização e Promoção do Médio Tejo e da apresentação do Plano de Desenvolvimento Integrado do Médio Tejo. Para o ministro, as associações de municípios com a estrutura que possuem actualmente constituem uma resposta «frágil» para a necessidade de transferência de competências da Administração Central que ultrapassam a dimensão do município. No entender de Fernando Gomes, as associações de municípios actualmente existentes, com o seu carácter «voluntário e de geometria variável», embora representem uma virtude do poder local e sirvam para a congregação de esforços, não podem receber competências de nível intermédio.

AMBIENTE

O ministro do Ambiente, José Sócrates, afirmou quinta-feira, em Lagos, que todos os Planos de Ordenamento da Orla

Costeira (POOC) vão ser executados para «devolver o litoral português aos portugueses».

«Os planos foram feitos nos últimos anos, foram aprovados o ano passado e nós não queremos que fiquem na gaveta, mas que sejam aplicados», disse Sócrates, que assistia, na Praia do Pinhão, ao início dos trabalhos de demolição do Restaurante Pinhão, realizada no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau/Vilamoura.

O governante sublinhou aos jornalistas que a sua presença em Lagos pretende «dar um sinal político muito claro do empenhamento do Governo na execução dos POOC».

«O litoral de Portugal é um dos recursos naturais de maior importância, quer para a actividade económica, quer para o lazer dos portugueses», frisou o ministro.

Na opinião de José Sócrates, «não se compreende que estando nós já no século XXI, o litoral continue a sofrer com os erros urbanísticos cometidos no passado».

ASSUNTOS FISCAIS

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Manuel Baganha, anunciou, no dia 19, no Porto, que o Governo pretende apresentar no Outono, ao Parlamento, uma proposta de revisão de «todo o regime de tributação pelo lucro consolidado».



De acordo com o governante, que falava num seminário sobre Fiscalidade, promovido pela Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AECCOP), no início da próxima sessão legislativa o Executivo socialista vai apresentar à Assembleia da República propostas referentes ao IRC, à tributação do património e ao Regime das Infracções Tributárias com agravamento das penalidades à fraude e evasão fiscais. Segundo salientou, «o desenvolvimento dos grupos (económicos) impõe a necessidade de rever todo o regime de tributação pelo lucro consolidado», sendo que as alterações a introduzir visam «garantir a competitividade internacional» das empresas, sem esquecer que o tecido empresarial português «é constituído por muitas pequenas e médias empresas que não devem perder competitividade por razões fiscais».

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, defendeu sábado, em Mirandela, a necessidade de se desenvolver uma política de cooperação que acabe com «o espírito de capelinha» na área da investigação científica.

«Os países mais ricos são os que hoje melhor utilizam os equipamentos que têm», disse o governante, exortando as diversas instituições a usar de forma conjunta os equipamentos disponíveis para a área da investigação.

Mariano Gago falava na inauguração do Centro de Estudos de Reologia e Tecnologia do Instituto Jean Piaget de Mirandela, resultado do investimento de 200 mil contos, que vão permitir desenvolver investigação na área da qualidade alimentar.

«Há uma experiência em vários países no sentido de que laboratórios de instituições de ensino superior possam servir para as necessidades económicas das regiões por que de outra forma podem ficar subaproveitados», disse.



No entender do ministro, estes equipamentos devem servir simultaneamente como instrumentos de investigação, ensino e análise científica.

COMÉRCIO

O Governo português exige que os prazos negociados no âmbito da Organização Mundial do Comércio para o sector têxtil sejam respeitados até ao último dia.

A garantia foi dada no dia 18, em Guimarães, pelo secretário de Estado do Comércio.

«O que foi negociado em 1995 no Uruguay Round é para manter e é isso que temos dito em todos os fóruns económicos internacionais», afirmou Osvaldo Castro, frisando que não é aceitável para Portugal qualquer tentativa de antecipar o calendário estabelecido nas negociações do sector têxtil e do vestuário.

O governante falava durante um jantar de abertura do Congresso Europeu das Regiões Têxteis, uma iniciativa organizada pela Associação Europeia as Colectividades Têxteis, pela Associação Industrial do Minho e pela Associação de Municípios do Vale do Ave, que regista a

presença de empresários e técnicos portugueses e de várias regiões da Europa comunitária.



Osvaldo Castro garantiu também que Portugal «não aceitará que o dossier têxtil seja utilizado como moeda de troca em benefício de outros sectores, em particular da agricultura».

COMUNICAÇÃO SOCIAL

As rádios locais vão ser obrigadas a emitir 24 horas por dia, oito das quais com emissões próprias de programação e informação produzidas nos concelhos onde estão instaladas, anunciou, sábado, em Fátima, o secretário de Estado da Comunicação Social.



Arons de Carvalho considerou esta medida como uma das maiores novidades da nova Lei da Rádio, que deverá ser «remetida ao Parlamento dentro de duas ou três semanas».

«As principais mudanças têm a ver com a obrigatoriedade de todas as rádios, nacionais, locais e regionais, estarem no ar 24 horas», sublinhou o governante, considerando isso «uma boa notícia para os ouvintes».

No caso das rádios locais, especificou que as mudanças vão obrigar todas as rádios locais a ter emissões próprias de oito horas, feitas no próprio concelho com meios técnicos e humanos do próprio concelho».

O objectivo – explicou o secretário de

PELO PAÍS

Governança Aberta

Estado – consiste em que estas rádios «sejam porta-vozes das comunidades locais e não, como infelizmente acontece em alguns pontos do País, retransmissores de emissões alheias».

COMUNIDADES

O secretário de Estado das Comunidades considerou, no dia 20, em Lisboa, que os jovens luso-descendentes são «uma mais-valia» da afirmação portuguesa no mundo, estando «a expressão dos interesses de Portugal» nas suas mãos. José Lello participou juntamente com o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, na sessão de abertura do segundo Encontro de Jovens Luso-Descendentes, que reuniu cerca de 80 filhos de emigrantes provenientes de 17 países. «O futuro das comunidades portuguesas passa pelos jovens luso-descendentes e pela forma de os articular com Portugal», cabendo-lhes o papel de divulgar a cultura e identidade lusa, realçou no encontro o responsável pela pasta da Emigração. Segundo Lello, cabe às gerações mais novas substituir o esforço de todos aqueles que criaram estruturas no seio das comunidades.



Explicando que «há uma política virada para os jovens», o governante adiantou que «a ligação específica» que o Executivo português tem com os luso-descendentes «é muito bem aceite» pelas comunidades espalhadas pelo mundo, nomeadamente entre os pioneiros na emigração.

DESENVOLVIMENTO RURAL

Uma comissão governamental vai analisar os prejuízos sofridos pelos produtores de cereja da Cova da Beira devido ao mau tempo, para decidir eventuais apoios aos agricultores, que já pediram declaração de «estado de calamidade». A comissão, constituída sexta-feira, integra produtores e elementos da Direcção Regional de Agricultura e começou a trabalhar no dia 22, estudando ainda a situação de produtores de tomate e batata. O anúncio foi feito sexta-feira pelo secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, numa visita à região. «Talvez pela primeira vez na Cova da Beira esteja a acontecer o fenómeno do alampamento, isto é, os frutos verdes que

estão nas árvores estão a cair, sem que haja qualquer explicação, o que poderá levar à perda total da produção», acrescentou.



Segundo o secretário de Estado, o motivo poderá ser a absorção de muita água pelos frutos, devido à chuva, a que se seguiram altas temperaturas nos últimos dias.

EQUIPAMENTO

O ministro da Presidência e do Equipamento, Jorge Coelho, garantiu, no dia 18, que nos próximos seis anos serão investidos quatro mil milhões de contos no sector dos transportes em Portugal. Deste montante, 812 milhões serão provenientes de fundos comunitários e o restante do Orçamento do Estado e outras fontes, com particular relevo para o financiamento privado, explicou o governante, no encerramento da conferência anual do «Semanário Económico». Destacando o papel que este sector desempenha no desenvolvimento económico do País, Jorge Coelho lembrou que o programa deverá ter um impacto de cerca de 0,6 por cento do PIB do período 2000 a 2006 e contribuir para a criação de 28 mil postos de trabalho, em termos médios anuais, dos quais cerca de 15 mil no sector da construção. O investimento privado resultante do programa deverá ter um impacto de cerca de 2,2 por cento sobre a Formação Bruta de Capital Fixo, previu ainda Jorge Coelho.

IGUALDADE

A ministra para a Igualdade, Maria de Belém, afirmou sexta-feira, em Évora, que a execução do Plano Nacional de Emprego permitiu progressos assinaláveis na descida sustentada do desemprego nas mulheres. Segundo garantiu a governante, entre Abril de 1999 e o mesmo mês deste ano, o desemprego feminino baixou 8,3 por cento. A ministra falava no decorrer da cerimónia de abertura da Conferência Europeia «Maternidade, Paternidade e Articulação da Vida Profissional e Familiar». A responsável portuguesa pela pasta da Igualdade considera que, numa perspectiva de pleno emprego, a UE pretende aumentar a actual taxa média de actividade feminina (51 por cento) para

valores superiores a 60 por cento em 2010. «Embora a posição das mulheres no mercado de trabalho europeu se tenha



alterado profundamente nas últimas décadas, actualmente só cerca de metade das mulheres entre os 25 e os 54 anos tem emprego», disse.

JUVENTUDE

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, classificou como «da máxima importância» a instalação de cibercentros para generalizar o uso de novas tecnologias, apostar na formação e produzir conteúdos.



Miguel Fontes, que inaugurou, no dia 19, em Aveiro, a Casa Municipal da Juventude e presidiu à assinatura de um protocolo para a construção de um cibercentro, referiu que além de Aveiro a rede nacional contemplará mais cinco cidades médias. Guimarães, Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Beja serão as eleitas, «por terem uma população estudantil significativa e condições para os projectar como espaços vivos», referiu. «As novas tecnologias devem ser encaradas como suporte de desenvolvimento, mas são as pessoas que lhe dão corpo ao saber tirar proveito», disse o secretário de Estado. O governante realçou ainda a importância da criação de espaços para generalizar o acesso à Internet, como na Casa da Juventude inaugurada, mas também em apostar na produção de conteúdos e na formação.

PESCAS

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, afirmou sexta-feira, em Vila Real de Santo António, que o Executivo socialista vai investir nos próximos seis anos cerca de quatro milhões de contos/ano na renovação e modernização da frota pesqueira.



«Este investimento, com fundos nacionais e comunitários, vai permitir-nos fazer uma renovação da frota costeira e de largo em dez por cento e da frota local em 15 por cento», previu Apolinário, que visitou, no dia 19, este concelho do Barlavento algarvio.

«Há condições de fazer um quadro de modernização e renovação da frota pesqueira portuguesa entre 20 a 25 por cento ao longo dos próximos seis anos», resumiu. O investimento visa, entre outros objectivos, melhorar as condições para o transporte do peixe e as condições de vida e segurança a bordo das embarcações.

«É este o tipo de linha que estamos a seguir. Não é uma linha de ampliar, de aumentar o número de embarcações e de licenças, porque isso é irrealista», sublinhou José Apolinário.

SAÚDE

O secretário de Estado da Saúde anunciou, no dia 19, em Vila do Conde, a comparticipação a 100 por cento dos medicamentos destinados a doenças crónicas, designadamente a paramiloidose. Manuel Boquinhas, que falava na sessão de abertura do V Encontro de Paramiloidose para técnicos de saúde, sublinhou o apoio na área dos medicamentos e nos meios técnicos que tem sido proporcionado aos doentes crónicos pelo Ministério da Saúde. Para o governante, a comparticipação irá «beneficiar muito os doentes com problemas económicos e que precisam de tomar medicamentos toda a vida». Boquinhas reconheceu que a anterior atribuição de apoios aos medicamentos se processava «de uma forma heterogénea e pouco harmoniosa, sem a aplicação de critérios correctos para a sua distribuição». Relativamente ao caso da paramiloidose, adiantou que o ministério tem duas áreas prioritárias: «dar uma ajuda substancial aos doentes com a criação de uma rede de cuidados continuados e de uma rede de fisioterapia que garanta apoio a todos os que tenham dificuldades de locomoção».

DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Lusofonia

AS PALAVRAS E OS ACTOS



A fase da mera retórica nas relações entre Portugal e o Brasil foi, de certa maneira, ultrapassada, embora as palavras ditas em português tenham, neste contexto,

um papel acrescido.

Foi esta a ideia central da intervenção do deputado socialista José Medeiros Ferreira, no dia 16, na Assembleia da República, durante a sessão solene comemorativa dos 500 anos do «achamento» do Brasil, uma ocasião assinalada também pela presença do presidente do Congresso Nacional da República brasileira, senador António Carlos Magalhães.

Apesar do peso histórico do encontro, Medeiros Ferreira deixou claro que os parlamentares do PS não têm intenção de estacionar no passado, preferindo aprofundar o presente e indagar sobre o futuro das nossas relações.

«As relações entre Portugal e o Brasil entraram numa nova fase desde que em 1996 se celebrou uma série de acordos que vieram dar conteúdo ao Acordo-Quadro da Cooperação entre o Brasil e Portugal de 1991», referiu.

Assegurando que ambos os países são ciosos da sua independência e possuidores de uma «forte e indestrutível personalidade internacional», o deputado socialista sublinhou que tanto o Brasil quanto Portugal são «casos à parte nos respectivos continentes», embora ambos

estejam actualmente integrados em organizações regionais como a União Europeia e o Mercosul.

«Sem pretender contrariar o que é natural, ou seja, a integração nesses espaços comunitários regionais dos dois países, ambos só têm a lucrar com a intensificação das suas relações bilaterais», defendeu Medeiros Ferreira, acrescentando que «o quinto centenário da viagem de Álvares Cabral deve ser ocasião para comemorar e celebrar, mas sobretudo para reflectir».

Neste sentido e para encetar a reflexão o deputado do PS considerou que «o intercâmbio entre parlamentares só é útil caso, para além das formas convencionais e protocolares, usarmos a nossa liberdade de representantes do povo para ir mais além dessas fórmulas».

Passando dos actos às palavras, José Medeiros Ferreira manifestou «alguma perplexidade» relativamente à atitude do Brasil em relação à língua portuguesa como língua internacional.

Segundo o parlamentar socialista, o papel da lusofonia enquanto factor de coesão interna no Brasil não tem uma expressão proporcional na forma como as autoridades brasileiras encaram o idioma de Camões como código transfronteiriço.

«É minha convicção que a língua portuguesa só conseguirá manter a sua função de coesão social em países como o Brasil caso também tenha uma expressão internacional a nível das grandes instituições universais e transnacionais», concluiu. **MARY RODRIGUES**

PROJECTO

Resolução

PS APROVA RESOLUÇÃO SOBRE REACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES ANTERIORES A 89

O PS fez aprovar no dia 18 um projecto de resolução sobre actualização de pensões de aposentação, reforma e invalidez fixadas até 30 de Setembro de 1989.

Perante o diploma dos socialistas, que concede um prazo ao Governo de 60 dias para apresentar uma proposta de lei sobre esta matéria, PSD, PCP, CDS-PP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista «OsVerdes» optaram pela abstenção, com a bancada comunista a apresentar uma declaração de voto.

O Governo deverá apresentar uma proposta em que a equiparação de reformas concedidas antes e depois de 1989 será faseada no tempo e não com carácter imediato.

Na semana passada, a bancada socialista rejeitou projectos de lei sobre do PSD, CDS-PP, PCP e Bloco de Esquerda, alegando que a equiparação proposta era «incomportável» para as finanças públicas.

Nas votações do dia 18, por unanimidade, foram também aprovados na generalidade projectos de lei do PS, PSD, PCP e Bloco de Esquerda sobre direito de iniciativa popular, em que, mediante um determinado número de subscritores, se torna possível um grupo de cidadãos levar a debate e votação um diploma na Assembleia da República.

Património cultural subaquático

Foi igualmente aprovado um diploma da bancada socialista sobre património cultural subaquático com os votos do PS, PSD e Bloco de Esquerda.

O PCP viu rejeitado pelos votos do PS um projecto de lei que pretendia garantir aos pais e encarregados de educação melhores condições de participação na vida escolar e de acompanhamento dos seus educandos.

DEPUTADO JOÃO RUI DE ALMEIDA

Tráfico de órgãos

DEFENDER O ESPÍRITO DA DÁDIVA



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer ver consagrada na lei uma punição «severa» para os criminosos que, «à custa do sofrimento alheio e sem atenderem a quaisquer princípios de ordem ética e moral», se dedicam ao tráfico ilícito e organizado de órgãos humanos.

A informação foi avançada pelo deputado do PS João Rui de Almeida, no dia 18, na Assembleia da República, aquando da discussão plenária do projecto de lei que criminaliza o comércio de órgãos e tecidos humanos, bem como a propaganda e o aliciamento associados a esta prática.

«A doação de órgãos ou tecidos entre vivos ou post mortem configura uma matéria para a qual é fundamental a presença da solidariedade social e do espírito de dádiva», reivindicou.

Segundo de perto a legislação europeia, João Rui de Almeida recorda que este género de tráfico ilegal e organizado é tanto mais «monstruoso» quanto se fundamenta no assassinio de pessoas vivas a fim de retirar os órgãos necessários a transplantes e que serão vendidos a preços muito lucrativos.

Ainda no âmbito de uma breve alusão ao

quadro jurídico da Europa, o parlamentar do PS referiu-se ao princípio da gratuidade da dádiva de órgãos e tecidos de origem humana com fins de diagnóstico ou terapêuticos, frisando o carácter proibitivo da legislação comunitária relativamente à comercialização, pois, como apontou, «a dádiva implica o consentimento livre e esclarecido do doador».

«Atento à importância desta matéria e aos bens jurídicos que importa proteger, o GP/PS decidiu apresentar uma iniciativa legislativa que visa punir severamente o próprio acto de comércio de órgãos e tecidos de origem humana, colmatando, deste modo, uma lacuna do sistema», disse. João Rui de Almeida resumiu em dois pontos as bases da proposta socialista: primeiro, uma clara e uniforme tipificação do crime em questão, punível com pena de prisão, cujos limites mínimos e máximos sofrerão agravos nas situações em que a extracção de órgãos e tecidos seja efectuada com fins lucrativos ou sem consentimento do dador.

Como segunda premissa, a lei terá de consagrar como tipo legal de crime a propaganda, a publicidade ou o aliciamento levados a cabo como meio de promover o comércio de órgãos e tecidos humanos.

MARY RODRIGUES



AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 25

A Assembleia da República reúne, hoje, a partir das 15 horas, para debater duas propostas de lei e uma proposta de resolução do Governo.

O primeiro dos três diplomas em apreciação proíbe, como contra-ordenação, os espectáculos taumomáquicos em que seja infligida a morte às reses nele lidadas, revogando o decreto-lei n.º 15355, de 11 de Abril de 1928.

A segunda proposta governamental em apreço suspende a eficácia do decreto-lei que estabelece o novo Regime de Urbanização e Edificação.

Quanto à proposta de resolução do Executivo socialista, ele aprova, para ratificação, a convenção relativa à interdição das piores formas de trabalho infantil e à acção imediata com vista à sua eliminação, adoptada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, em 17 de Julho de 1999.

DEPUTADA NATALINA MOURA

Ambiente

PREVENIR E PENALIZAR OS ACIDENTES EM MEIO MARINHO

«O sonho de um direito abrangente para os oceanos é antigo. Tornar este sonho realidade foi uma das maiores conquistas deste século. Trata-se de um dos contributos decisivos da nossa era. Será um dos nossos legados mais duradouros»

Boutros-Gali

Ex-secretário-geral da ONU



«Hoje, já se nos esgotou o tempo para contemplanças com aqueles que prevaricam numa área tão sensível que é pertença de todos; área que transcende os acontecimentos verificados no espaço legalmente definido; qualquer acidente que ocorra na zona económica exclusiva de um Estado, que não vai além das 200 milhas marinhas, propaga-se rapidamente atingindo, só na sua parte visível, territórios vizinhos», afirmou no dia

4 de Maio, no Parlamento, Natalina Moura, deputada do PS, acrescentando que «ninguém pode ficar indiferente a mais nenhum estrago».

Natalina Moura falava durante a discussão de uma proposta de lei do Governo visando que lhe seja concedida uma autorização legislativa para aprovar o regime especial de ilícitos de mera ordenação social em matéria de poluição no meio marinho sob jurisdição marítima nacional, incluindo os espaços da zona económica exclusiva e os factos praticados em áreas de alto mar não abrangidos pela jurisdição de qualquer Estado, por agentes poluidores que arvore a bandeira nacional.

Na sua intervenção, a deputada socialista Natalina Moura salientou que com a proposta de lei em discussão «o Governo pretende acautelar, prevenir e penalizar a existência de acidentes resultantes da circulação no meio marinho, incluindo os espaços da zona económica exclusiva, tendo também aqui presente o princípio do poluidor-pagador». **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADO ANTÓNIO BRAGA

Educação

ROMPER BARREIRAS DE INTERESSES NO ENSINO SUPERIOR



Numa intervenção no dia 18, na AR, centrada na problemática da hiper-expansão do ensino superior, o deputado do GP/PS António Braga salientou

que «a última década, para o bem e para o mal, foi caracterizada pela expansão quantitativa do sistema. Reorganizar o ensino superior é, pois, romper barreiras de muitos interesses».

Segundo recordou António Braga, «as omissões de governos, durante alguns anos, convivendo com irregularidades e alguma quase clandestinidade, deram, origem a uma situação complexa que põe em confronto a democratização do ensino e a valorização de conhecimentos e diplomas».

Para o deputado da bancada do PS, «deixar persistir situações de inércia ou a falta de empenhamento na adopção de medidas, proporciona juízos de valor, legítimos, sobre a credibilidade de

cursos e instituições».

Impõe-se, portanto, adiantou, «a autoridade do Estado, não permitindo a criação de falsas expectativas aos alunos, às famílias, na inserção dos diplomados na sociedade».

Na sua intervenção, António Braga salientou que «uma das grandes orientações da política deste Governo tem sido a de consolidar e expandir as instituições e estruturas do ensino superior público, visando a construção de uma rede articulada de centros de racionalidade onde a qualidade seja a regra, bem como valorizar e dignificar o papel e a inserção do ensino particular e cooperativo numa perspectiva de globalização e de diversificação do sistema educativo».

António Braga defendeu ser necessário «dar a verdadeira importância a um sistema de avaliação universal, sério e prestigiado, com regras comuns para todos e acima de qualquer discricionariedade». **J. C. C. B.**

PORTUGAL SOCIALISTA



NAS BANCAS

INTERNACIONAL SOCIALISTA
SOCIALISTAS NO MUNDO

IGUALDADE

Maria de Belém refere

UNIÃO QUER CONSTRUIR UM MUNDO LABORAL COM IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A ministra para a Igualdade, Maria de Belém Roseira, disse no dia 19, em Évora, que a União Europeia tem em estudo um conjunto importante de «dossiers» para construir, de forma coerente, um mundo do trabalho com igualdade de oportunidades. Maria de Belém falava durante a conferência de Imprensa do primeiro dia de trabalhos da reunião internacional sobre «Maternidade, Paternidade e Articulação da Vida Profissional e Familiar», que decorreu em Évora até sábado.

Na companhia do secretário de Estado para os Assuntos Sociais e Saúde

finlandês, Markku Lehto, da secretária de Estado para os Direitos das Mulheres e Formação francesa, Nicole Pery, e da secretária de Estado para a Igualdade de Género sueca, Lise Bergh, a governante portuguesa sustentou que é possível às empresas atingir «melhores níveis de produtividade com trabalhadores felizes e com mais tempo para conciliar o trabalho com a vida familiar».

«As reformas dos sistemas sociais terão de ter em conta a necessidade de conciliação família/trabalho», disse. Sustentou ainda que a «igualdade de oportunidades terá de ser vista como um dos princípios basilares

da União Europeia».

Para os responsáveis governamentais presentes, não restam dúvidas quanto ao empenhamento europeu em fixar objectivos na igualdade de oportunidades.

«Algumas das grandes empresas suecas já perceberam que a conciliação trabalho/família contribui para o aumento da sua rentabilidade», garantiu Lise Bergh.

Modelo social europeu é benéfico para as empresas

Complementando a ideia expressa pela

colega sueca, Nicole Pery garantiu que o «modelo social que se pretende na Europa será benéfico para as empresas». A reunião internacional que decorreu em Évora está integrada nos trabalhos organizados pela presidência portuguesa da UE.

O tema da igualdade de oportunidades foi discutido durante a presidência finlandesa, deverá ser motivo de recomendação a aprovar no final da presidência portuguesa e conta com garantias de continuidade no decorrer das próximas rondas presidenciais, a cargo da França e da Suécia.

EDUCAÇÃO

Professores

PORTUGAL APRESENTA REDE EUROPEIA DE FORMAÇÃO

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, apresentou na passada terça-feira uma proposta que visa o lançamento de uma «Rede Europeia das Políticas de Formação de Professores».

A iniciativa portuguesa foi apresentada a representantes dos ministros da Educação dos Quinze e aos delegados dos Estados membros junto do Comité da Educação do Conselho da União Europeia reunidos no

Algarve.

O objectivo, é «fomentar a cooperação» entre os ministérios da Educação dos vários Estados-membros no domínio das políticas de formação de professores, tendo em atenção o seu papel «na definição, desenvolvimento e avaliação», neste domínio.

A presidência portuguesa, segundo um comunicado do Ministério da Educação, reconhece «o papel estratégico que a

qualidade da formação de professores desempenha na qualidade da educação e da formação na União Europeia».

Qualidade da educação

Entende, também, que o «desenvolvimento da aprendizagem ao longo da vida, bem como a inclusão e sucesso de grupos sociais heterogéneos em níveis cada vez mais elevados de formação, levantam novos desafios às políticas de formação inicial e contínua de professores e à cooperação europeia neste domínio».

Daí, a razão de ser da «Rede Europeia das Políticas de Formação de Professores», proposta pela presidência portuguesa, que pretende que seja dedicada «especial atenção à garantia da adequação dos

cursos de formação de professores às novas exigências profissionais».

Pretende-se, também, que seja dada particular atenção às medidas relativas a «uma certidão profissional docente».

Isto, para que, segundo a proposta a apresentar, haja «um reconhecimento mútuo das qualificações profissionais para a docência», uma questão que, no entender da presidência portuguesa, «é indispensável para o fomento da mobilidade dos professores no espaço europeu».

Na conferência do Algarve intervierem especialistas de ensino dos Quinze, que apresentaram exemplos nacionais de formação, bem como propostas para a modernização dessa formação, numa perspectiva europeia.

MOÇAMBIQUE

Cheias

UE COBRIU 61,1 POR CENTO DO FUNDO PARA RECONSTRUÇÃO

A União Europeia (UE), bilateralmente e através da Comissão, cobriu 61,1 por cento dos 452,9 milhões de dólares (99,6 milhões de contos) doados pela comunidade internacional para a reconstrução de Moçambique na sequência das cheias que assolaram o país.

No total, os Estados-membros da UE e a Comissão Europeia doaram a Moçambique 276,9 milhões de dólares (60,9 milhões de contos), anunciados na conferência de doadores em Roma, no início do mês, de acordo com fonte da presidência portuguesa.

«A UE regozija-se pelo sucesso desta conferência internacional e pela manifestação de solidariedade de que ela é expressão e que representa a confiança depositada pela comunidade internacional no desenvolvimento económico de Moçambique», refere a nota.

Os Países Baixos, com 45 milhões de

dólares, Reino Unido (44,8 milhões), Itália (22 milhões), Suécia (20 milhões) e Portugal (18 milhões de dólares) foram os países que mais contribuíram, depois da CE (60,4 milhões de dólares).

O programa de reconstrução pós-cheias elaborado pelo Governo em coordenação com as Nações Unidas previa um orçamento de cerca de 450 milhões de dólares, tendo as contribuições totais sido superiores em 2,9 milhões de dólares.

Eis a lista completa dos doadores europeus: Alemanha (15,5 milhões de dólares), Áustria (um milhão), Bélgica (8,0 milhões), Dinamarca (12,5 milhões), Espanha (15,0 milhões), Finlândia (4,0 milhões), França (5,4 milhões de dólares), Irlanda (5,3 milhões), Itália (22,0 milhões), Países Baixos (45,0 milhões), Portugal (18,0 milhões), Reino Unido (44,8 milhões), Suécia (20,0 milhões) e Comissão Europeia (60,4 milhões de dólares).

Reuniões de âmbito europeu organizadas ou patrocinadas pela presidência portuguesa da UE

Seminário Europeu de Organismos Financiadores (funding bodies) das Artes Performativas

Data: 17-18 de Junho de 2000

Local: Lisboa (Centro Cultural de Belém)

Entidade organizadora: Instituto Português das Artes do Espectáculo

Este Seminário, reunirá representantes dos organismos nacionais ou regionais dos Estados-membros e de alguns estados candidatos responsáveis pelos financiamentos públicos no domínio das artes do espectáculo. Entre outros aspectos, tratar-se-ão questões de âmbito claramente europeu, tais como mobilidade de profissionais e de produções e a complementaridade entre financiamentos nacionais/regionais e financiamentos europeus, nomeadamente ao abrigo do futuro programa Cultura 2000.

UE/EUA

Cimeira

INOVAÇÃO, INFORMAÇÃO E CRESCIMENTO SÃO TEMA-CHAVE

O tema da «Inovação, Informação e Crescimento» é chave na cimeira da União Europeia (UE) e Estados Unidos da América (EUA) marcada para o próximo dia 31 em Queluz.

O porta-voz da presidência lusa dos Quinze salientou no dia 19 que o tema principal do encontro tem por base as conclusões do Conselho Europeu de Lisboa e a conferência sobre a nova economia realizada nos Estados Unidos.

O primeiro-ministro português, António Guterres, é anfitrião, na qualidade de representante da presidência em exercício da UE, estando acompanhado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e da Economia e Finanças, Joaquim Pina Moura.

Pela UE comparecem o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, e os comissários para as Relações Externas, Chris Patten, e Comércio, Pascal Lamy, bem como o secretário-geral do Conselho Europeu e alto representante para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), Javier Solana.

Os Estados Unidos encontram-se



representados pelo Presidente Bill Clinton, que tem a seu lado a secretária de Estado Madeleine Albright e o seu homólogo do Comércio Bill Daley.

Agenda da reunião

Da agenda da reunião constam a nova política europeia de segurança e defesa e a sua relação com a Aliança Atlântica (NATO), a reforma das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio (OMC), em que se perfila a próxima entrada da China, na esteira da cimeira de Seattle, Washington. No pacote das relações internacionais a debater entram o Corno de África e a recente guerra entre a Eritreia e a Etiópia, o processo de paz no Médio Oriente e o contencioso cipriota.

Finalmente, atenção é dada às doenças no Continente Negro, com destaque para a sida, malária e tuberculose, devendo ser analisado o imperativo das ajudas financeiras aos países mais atingidos e a dinamização da investigação para erradicação daquelas epidemias, responsáveis pela morte de centenas de milhares de africanos.

COMUNICADO

Estrasburgo

EURODEPUTADOS SOCIALISTAS APOIAM CARTA DE JAIME GAMA

«O apoio dado pelo ministro Jaime Gama ao discurso feito por Joschka Fischer foi oportuno, óbvio e consequente com as posições assumidas durante a presidência portuguesa».

É esta a resposta do Grupo Parlamentar Socialista português, em Estrasburgo, à polémica verificada em Portugal por causa de uma carta de gama a felicitar o seu homólogo alemão por um discurso sobre o futuro da integração europeia, em Berlim. Para os eurodeputados socialistas, «o discurso de Fischer representa tão-só uma proposta de reflexão para um debate que tardava na União Europeia. É uma lufada de ar fresco para fazer avançar a Europa política, que retoma as posições ousadas dos seus "pais fundadores"».

O grupo liderado por António José Seguro refere que foi precisamente por essa razão que as propostas do ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, que falou a título pessoal, «foram tão bem acolhidas em todas as capitais dos Quinze e pela imprensa europeia em geral».

Os eurodeputados tecem ainda duras críticas às vozes que se insurgiram contra a carta que o ministro enviou ao seu homólogo.



«Representa assim uma hipocrisia inaceitável, ou um recuo político que terá de ser assinalado como tal por um partido (PSD) que sempre foi europeísta e mesmo federalista (lembramos as posições de Cavaco Silva. Ao contrário do que dizem é fazendo avançar a Europa e ficando firmemente na vanguarda dos países que lutam nessa direcção que se defendem os interesses nacionais», referem os eurodeputados socialistas.

UE/EUA

Washington

GAMA DIZ QUE DEVEM CONTINUAR DISCUSSÕES SOBRE SISTEMA DEFESA ANTIMÍSSIL

O presidente em exercício do Conselho de Ministros da UE, Jaime Gama, disse no dia 19, em Washington, que, «como aliados que são», a União Europeia e os Estados Unidos devem continuar as discussões sobre a proposta americana de criar um sistema de defesa antimíssil que os europeus não vêem como necessário.

Jaime Gama falava numa conferência de Imprensa com a secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, após conversações no Departamento de Estado. Jaime Gama sublinhou que é importante continuar as discussões «para se ter uma perspectiva mais alargada do problema e ter também a perspectiva dos Estados Unidos em como integrar esse sistema com o tratado de mísseis antibalísticos (ABM) e de redução de armas estratégicas (START)».

Dirigentes europeus têm manifestado cepticismo sobre o sistema de defesa antimíssil que os Estados Unidos dizem ser dirigido a países como a Coreia do Norte e o Irão.

Os europeus afirmam que esse sistema poderá servir para desligar a segurança



europeia dos Estados Unidos e fomentar uma nova corrida às armas com a Rússia, que diz ser o sistema uma violação do tratado ABM.

Madeleine Albright disse, por seu turno, a este respeito, que os Estados Unidos «não querem desligar-se da Europa».

«As conversações, explicações e discussões sobre as necessidades que nós vimos neste sistema continuam», afirmou Albright.

VÃO SER INVESTIDOS CERCA DE QUATRO MILHÕES DE CONTOS NA EDUCAÇÃO

O secretário regional da Educação e Assuntos Sociais, Alamo Meneses, anunciou que o Governo açoriano vai investir mais de quatro milhões de contos no sector da Educação ao longo deste ano.

O governante açoriano, que falava no dia 13 num debate da Juventude Socialista do Faial, subordinado ao tema «Educação para o Século XXI», referiu que «esta é uma aposta impar num sector que nunca beneficiou de tantas verbas como agora». Em reunião do Conselho de Governo realizada no dia 13, na cidade da Horta, foi aprovado um reforço de 500 mil contos para esta área, adiantou Alamo Meneses. O governante açoriano justificou esta medida com a necessidade do Executivo socialista de continuar a investir na construção de mais escolas e na aquisição de novos equipamentos.

A este respeito, o secretário da Educação anunciou que as obras de construção da nova Escola Secundária da Horta, cujo projecto se encontra em fase final de elaboração, deverá ter início no princípio do próximo ano, com um prazo de



execução de dois anos. Salientou que este esforço financeiro do actual Governo revela uma imagem exactamente oposta à dos anteriores executivos do PSD.

Recordou, a propósito, que quando o elenco governativo socialista iniciou

funções, em 1996, o investimento em infra-estruturas físicas escolares no arquipélago «era medíocre».

Herança laranja catastrófica

«Na área do primeiro ciclo do Ensino

Básico, a situação era mesmo catastrófica», considerou.

É por estas razões que os Açores, -de acordo com os dados estatísticos revelados por Alamo Meneses - «é a região do país que mais investe e mais gasta, per capita, com a Educação».

O titular da pasta da Educação considerou, por outro lado, não existirem razões para que alguns alunos da Região tenham aderido à greve que os estudantes recentemente decretaram a nível nacional, como forma de contestação pela reforma do sistema educativo que o Ministério da tutela pretende levar a cabo no sector.

Segundo explicou, só depois desta reforma ser aplicada no continente português é que o Governo Regional irá ponderar sobre se a adaptará ou não à Região.

Num debate essencialmente dirigido para os estudantes, Alamo Meneses revelou ainda a sua preocupação relativamente à problemática do alcoolismo e da droga nos estabelecimentos de ensino da Região, considerando que o primeiro é ainda um mal mais grave que o segundo, por ser mais acessível e menos dispendioso.

FISCALIZAÇÃO

Mega-operação

NOVENTA BRIGADAS DA QUALIDADE ALIMENTAR PERCORRERAM O PAÍS

Quase 90 brigadas de fiscais da qualidade alimentar passaram a pente fino, durante três dias, na semana passada, hipermercados, mercados abastecedores, matadouros e centrais de distribuição do Norte ao Sul do País, numa operação conjunta que terminou no dia 18.

As carnes e outros produtos de origem animal (frescos, refrigerados ou congelados), o pescado (fresco e congelado), os produtos hortofrutícolas (frescos, congelados e ultracongelados) e o leite e os produtos lácteos foram o alvo das brigadas da qualidade alimentar. As primeiras fiscalizações tiveram início no dia 16, por equipas conjuntas da Inspeção-Geral das Actividades Económicas, da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo Alimentar e da Direcção-Geral de Veterinária, envolvendo quase duas centenas de homens.

O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas salienta que um dos objectivos da operação foi verificar as condições higieno-sanitárias e as temperaturas de

conservação dos estabelecimentos de carnes frescas, dos estabelecimentos de transformação de produtos de origem animal e das grandes e médias superfícies de distribuição, grossistas e armazenistas.

As brigadas de fiscalização estiveram atentas também à rotulagem e documentação obrigatória e à qualidade higieno-sanitária dos alimentos, das matérias-primas e dos produtos intermédios e colheram amostras para pesquisa de resíduos de substâncias de efeito hormonal.

Operações de estrada

A operação teve ainda como alvos explorações agrícolas, entrepostos frigoríficos, mercados abastecedores, matadouros, salas de corte e desossa e centrais distribuidoras, todos no continente.

A fiscalização envolveu também operações de estrada, para fiscalização das condições higieno-sanitárias dos veículos de transporte por membros da brigada fiscal da GNR.

CULTURA

Porto 2001

MEIO MILHÃO PARA COBRIR SALA DE ENSAIOS DA ORQUESTRA SINFÓNICA DO PORTO

O Porto 2001 continua a avançar a bom ritmo. O projecto ganha dimensão. Os planos e as obras sucedem-se. Teresa Lago veio dar uma nova dinâmica ao projecto. A futura Orquestra Sinfónica do Porto vai utilizar a partir de Dezembro o claustro do Convento de S. Bento da Vitória como sala de ensaios temporária, depois de instalada uma cobertura orçada em 500 mil contos.

O projecto de cobertura do claustro foi apresentado pelo arquitecto Carlos Guimarães, numa sessão realizada no passado dia 18, que contou com as presenças do ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e dos presidentes da Câmara do Porto, Nuno Cardoso, e da Porto 2001, SA, Teresa Lago.

Manuel Maria Carrilho não fez qualquer comentário sobre o assunto, tendo as justificações sido dadas por Teresa Lago, que negou que se trate de «dinheiro deitado fora», pelo facto de a orquestra se instalar na Casa da Música logo que esta esteja pronta (provavelmente em 2002). Argumentou que o espaço será utilizado para «grande parte do programa musical» da Porto 2001 e continuará disponível para outros grupos depois desse ano.

«Esta solução pode parecer dispendiosa, mas é preciso ter em conta que ela inclui também isolamento térmico e condições acústicas de muito boa qualidade», disse, acrescentando que «não é fácil encontrar uma solução simples, satisfazendo e mantendo as condições técnicas e de qualidade que são necessárias».

Plena reversibilidade da cobertura

A «plena reversibilidade» da cobertura, «se no futuro tal for considerado conveniente», foi garantida pelo arquitecto, que explicou que a estrutura, inspirada num pátio, praticamente não toca em nenhum elemento do edifício. Este «pátio sofisticado tecnicamente» será construído em aço, assim como os quatro pilares de suporte, e colocado de forma a permitir que continue a haver entradas de luz natural.

Na mesma sessão, o director da Orquestra Nacional do Porto, Jorge Vaz de Carvalho, revelou que vão começar «dentro de um mês» as audições para o alargamento dos actuais 49 músicos para os 89 que formarão a orquestra sinfónica.

AUMENTAR CRESCIMENTO ECONÓMICO

O primeiro-ministro reafirmou, no dia 19, em Aveiro, o empenhamento do Governo em aumentar o ritmo do crescimento económico do País para contrariar o efeito da subida das taxas de juro.

«Todos têm consciência de que Portugal é um país vulnerável à elevação das taxas de juro, à evolução do preço do petróleo ou da cotação do dólar e que o efeito negativo que esses aspectos poderiam ter sobre o nosso crescimento exige uma resposta determinada dos portugueses», afirmou.

«O melhor contributo para garantir crescimento é investir e estamos aqui a lançar um programa de investimentos que vai ser o suporte para um ritmo de crescimento mais elevado, para que Portugal possa enfrentar esta crise económica sem pôr em causa o bem-estar dos seus cidadãos», declarou António Guterres, durante a cerimónia oficial de concessão à LusoScut da auto-estrada da Costa da Prata. Segundo revelou o chefe do Executivo socialista, foram já concretizadas adjudicações em valor superior a 200 milhares contos, num volume de investimento que se prolongará por 2000 e 2001, só possível pelo «éxito das negociações da agenda 2000 e o vultuosíssimo apoio da UE concedido a Portugal».

«Foi também necessário o sector privado e o Estado darem as mãos, construindo novas parcerias, imaginando novas formas de obra pública», disse o primeiro-ministro, salientando que «a participação do sector privado na rede de auto-estradas é condição essencial para dotar o País rapidamente da rede que necessita para ser inteiramente competitivo». Guterres referiu que estão em construção e adjudicados 590 quilómetros de rede viária e em concurso 525 quilómetros, o que considerou ser «revelador de um esforço gigantesco e de uma vontade firme de fazer do investimento em infra-estruturas».

A auto-estrada da Costa da Prata tem previsto um investimento de 150 milhares de contos,



com conclusão prevista para 2004, e compreende a ligação entre Ovar e Mira, que articulando com a auto-estrada do Litoral-Centro, cuja concessão está a ser preparada, permitirá ter uma alternativa à A1, com idêntico perfil.

No que respeita ao lanço entre Ovar e Aveiro, a concessão tem como novidade um traçado diferente do que estava previsto para o Itinerário Complementar 1 (IC 1), e cujo estudo de impacto ambiental havia sido submetido a inquérito público, passando a nascente da Estrada Nacional 109 (EN 109).

Combater a inflação como prioridade

Um dia antes, à saída da audiência semanal com o Presidente da República, Jorge Sampaio, António Guterres reafirmou que Governo tem como «prioridade essencial» combater a inflação e «não vai permitir uma derrapagem dos preços».

Questionado sobre como pode garantir que os combustíveis não vão aumentar este ano, o governante reiterou: «afirmei na Assembleia da República que até ao final do ano o preço dos combustíveis em Portugal não vai aumentar».

«Fico muito espantado, aliás, que aqueles que

me criticaram pelo aumento do preço dos combustíveis sejam os primeiros a criticar-me por não haver novos aumentos de preços», observou.

Na audiência, Sampaio e Guterres falaram sobre as dificuldades que estão a causar a Portugal os aumentos das taxas de juro internacionais e do preço do petróleo e também do valor do dólar em relação ao euro. O primeiro-ministro esclareceu que comunicou ao chefe de Estado «as medidas que o Governo está a tomar para garantir que, apesar dessas dificuldades, o crescimento do País vai continuar».

António Guterres voltou a falar da aceleração do investimento público, «precisamente para sustentar o crescimento da economia e o emprego, e motivar o próprio investimento privado».

Democratização da Internet e coesão de Portugal

Ainda na quinta-feira, dia 18, o primeiro-ministro manifestou o desejo de que a actual legislatura ficasse assinalada pela democratização da Internet e a sua utilização a favor do desenvolvimento e coesão do País.

Ao intervir na conferência anual do «Semanário Económico», a decorrer em Lisboa, António Guterres recordou que uma das medidas emblemáticas da anterior legislatura foi a criação do Rendimento Mínimo Garantido, «uma forma de assegurar a cidadania a todos, no âmbito do funcionamento da velha economia».

«Gostaria que a medida mais emblemática nesta legislatura tivesse a ver com a capacidade de democratizar na sociedade portuguesa a Internet e de o fazer como um novo instrumento de inclusão social numa sociedade moderna, virada para o futuro e capaz de competir nos mais exigentes níveis da economia global», afirmou. O chefe do Executivo socialista reconheceu,

porém, que esta situação coloca «problemas de acesso, de formação e qualificação das pessoas, e também de conteúdos, nomeadamente, em Português, que são ainda hoje extremamente reduzidos no quadro dos conteúdos globais disponíveis na rede».

Neste sentido, considerou necessário ter um objectivo claramente massificador quanto ao acesso à Internet, pelo que se torna necessário «procurar que as políticas públicas conjugadas com as empresas de telecomunicações e do sistema financeiro possam contribuir para tal num curto intervalo de tempo».

Esta questão representa, explicou, «uma enorme oportunidade para Portugal, um país que tradicionalmente tem andado atrás dos outros, percorrendo depois deles as mesmas etapas».

«Temos agora uma oportunidade de dar um salto e de, partindo de uma posição de atraso, estar ao nível dos melhores num curto espaço de tempo», frisou.

Segundo referiu Guterres, o Governo pretende que, já em 2003/4, metade das famílias portuguesas tenham computador e acesso à Internet, que em 2001 todos os formulários da Administração Pública estejam na rede e em 2005 toda a Administração Pública esteja on-line.

O primeiro-ministro não escondeu que se sente por vezes «chocado com a ligeireza com que, em Portugal, muitas pessoas relacionadas com a vida política, económica e social, olham para estes problemas como se fossem invenções, macaquinhos no sótão ou brincadeiras de crianças, mas que não têm um papel verdadeiramente estruturante na nova sociedade e na nova economia».

«Quem assim pensar está completamente enganado e está definitivamente ultrapassado», advertiu o governante, na sessão de abertura da conferência anual do «Semanário Económico», que se realizou, quinta-feira, sob o tema «O Futuro de Portugal: conhecimento e competitividade».

GOVERNO REJEITA REFERENDO

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros rejeitou, na passada quinta-feira, dia 18, a realização de um referendo nacional sobre a descriminalização do consumo de drogas, considerando que a sugestão é apenas uma tentativa para não haver qualquer mudança.

Vitalino Canas, que tutela a área da toxicod dependência, falava na sessão de lançamento da Campanha Nacional de Prevenção da Droga em espaços lúdicos nocturnos – «Agarrar a Noite Sem Perder a Vida» –, promovida pelo Projecto Vida, e que decorreu, nos dias 18, 19 e 20, simultaneamente em oito distritos do País.

A acção teve como objectivo sensibilizar e informar os jovens sobre os malefícios do abuso de drogas lícitas (designadamente o álcool) e ilícitas, bem como sobre a mistura

entre elas, situação frequentemente associada aos divertimentos nocturnos, como discotecas e rave parties, através do contacto directo com equipas de rua e distribuição de um «kit de sobrevivência nocturna».

Sobre a sugestão de um eventual referendo sobre drogas, avançada pelo CDS/PP, Vitalino Canas disse que o Executivo «rejeita liminarmente a possibilidade de criar confusão em torno desta iniciativa», considerando que isto «é o que pretendem aqueles que, sem terem conhecimento dos projectos que estão em cima da mesa, estão agora a fazer a proposta da realização de um referendo em torno do assunto».

«Penso que nem sequer compreendem as diferenças que existem entre os vários projectos que estão em cima da mesa. É por isso, e porque não acredito que se possa

jogar com um assunto tão importante e fazer política partidária com um tema tão fulcral, só isso explica que se confundam descriminalização e despenalização», afirmou.

O secretário de Estado salientou a urgência de alterar rapidamente a Lei da Droga em vigor, aprovando a proposta de lei do Governo de descriminalização do consumo, que passará a ser tratado como uma mera contra-ordenação passível de coimas e tratando o toxicod dependente como um doente e não como um criminoso, promovendo o seu tratamento.

Em declarações à Imprensa, Vitalino Canas disse que o projecto final da Lei da Droga deverá ser entregue no Parlamento no início de Junho.

«Não estamos a demorar este tempo por ser difícil, mas sim porque pretendemos ouvir o

maior número de entidades possíveis e ainda estamos a receber algumas respostas», explicou, avançando supor que «até ao fim deste mês haverá condições para analisar todas as respostas e elaborar um versão definitiva para apresentar ao Parlamento».

O governante adiantou que existe alguma identidade entre o projecto do PCP e o que será a versão final da proposta do Executivo socialista – feita depois da audição pública e depois de acolhidas algumas propostas.

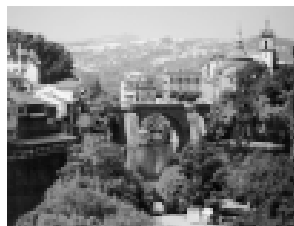
«Haverá alguma proximidade entre as duas propostas. Admito também que a existência de duas propostas, uma da JSD e outra do Bloco de Esquerda, vai também alargar o espectro da discussão e fazer com que ela se centre necessariamente num proposta que fique a meio termo entre várias outras», disse, considerando que, nesta perspectiva, existem condições para a lei ser aprovada.



Amarante

Exposição de trabalhos de professores artistas

Decorre desde o dia 20 e até 31 de Maio, no Museu Municipal Amadeu de Souza-Cardoso, a I Exposição de Trabalhos de Professores de Educação Visual e Tecnológica de várias escolas do concelho.



A entrada é gratuita e a mostra pode ser visitada no horário normal de funcionamento do Museu. Uma exposição a não perder onde impera a beleza estética e a criatividade artística.

Abrantes

I Jogos «Juventude 2000»

A Câmara Municipal de Abrantes promoveu dois concursos intitulados I Concurso Infantil «Do Lixo à Arte» e I Jogos «Juventude 2000» de Artes e Letras, destinados a apelar à criatividade dos jovens do concelho de Abrantes e a sensibilizá-los para duas temáticas tão importantes como são a defesa do património ambiental e a valorização cultural de cada um.



Cascais

Cicloturismo junta 600 jovens

A Câmara Municipal de Cascais realizou no passado dia 19 um passeio de cicloturismo, em que participaram mais de 600 alunos das escolas do concelho. O passeio de cicloturismo, que teve início junto ao parque de estacionamento do campo de futebol do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, compreendeu uma passagem pelo circuito da ciclovia Cascais-Guincho e terminou na Praia do Abano. Este passeio está inserido no programa «Jogos Desportivos Escolares», uma

iniciativa da autarquia de Cascais que visa sensibilizar os jovens para a prática do desporto e o contacto com o meio ambiente.



Ferreira do Alentejo

Novos telefones e faxes nas escolas do concelho

A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo procedeu à instalação de novos telefones nas escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho.



Assim, a partir de agora, com a instalação destes novos telefones, todos os estabelecimentos de ensino do concelho passam a dispor de uma forma de comunicação mais rápida e eficaz. Também está prevista, a muito curto prazo, a instalação de faxes em todas as escolas do ensino básico e pré-escolar, de forma a permitir uma ainda maior facilidade de comunicação e comodidade entre a comunidade escolar e os outros agentes educativos.

Lisboa

Faz-me festas na capital

As Festas de Lisboa, marcadas para Junho, custaram 300 mil contos à Câmara que aposta fortemente na música, trazendo à capital vários convidados, desde os músicos que animaram o filme Underground até ao brasileiro Chico César. As festas decorrem entre 12 e 30 de Junho em cinco pontos da cidade: Praça de São Paulo, Terreiro do Paço, Príncipe Real, Castelo de São Jorge e Arco do Chafariz de Dentro.

A Praça do Comércio será palco do programa «Praça Tejo e Tudo», que consiste três grandes noites de concertos. A abertura da Praça do Comércio será marcada pela noite de 17 de Junho com

um grandioso concerto de Goran Bregovic e da Orquestra de Casamentos e Funerais, que se tornaram bem conhecidos do público português graças à banda sonora do filme Underground, de Emir Kusturica. A noite musical que se segue naquele espaço é a do solstício, a 21 de Junho, em que «Lisboa convida os municípios para o seu casamento com o Sol». E para comemorar não faltará sequer o bolo, além da música brasileira pela noite dentro, com Paulinho da Viola e a Velha Guarda da Portela. O encerramento do programa «Praça Tejo e Tudo» marca simultaneamente o encerramento das festas de Lisboa, a 30 de Junho, para onde foram convidados os GNR e os Clá.

GNR e fogo-de-artifício

O ponto final na noite é um espectáculo de fogo-de-artifício da responsabilidade de Christophe Berthonneau, autor da festa pirotécnica na Torre Eiffel na passagem de ano de Paris.



Mas não é só pela Praça do Comércio que se ficam os espectáculos musicais. A grande aposta da Câmara vai também para os «Fados no Presente», um conjunto de noites que vão encher o Largo do Chafariz de Dentro com espectáculos de fado.

A grande novidade é o facto de se tratar de jovens cantores do fado, mas cujos nomes se tornaram já bem conhecidos no meio.

Assim, em frente à Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa, Camané apresenta na noite de 18 «Esta Coisa da Alma», seguido por Mariza que canta o fado na noite de 19 de Junho.

A 25 de Junho, os «Sete Fados e Alguns Cantos» far-se-ão ouvir pela voz de Hélder Moutinho e no dia seguinte, Teresa Tapadas, Filipa Galvão Teles e Pedro Moutinho cantam «Novas Vozes de Um Fado Antigo».

As noites de fado acabam a 29 de Junho, com Mafalda Arnauth a cantar «Fados à Beira Tejo».

Este ano haverá lugar ainda para o segundo Festival Multimúsicas, intitulado «Nómadas na Cidade» e que terá lugar na Praça de São Paulo.

O espectáculo conta com a presença de músicos oriundos de vários pontos do mundo.

Também o Castelo de São Jorge se vai encher de música num ambiente intimista criado pelas velas que iluminarão o castelo durante os concertos.

Nos «Concertos de Velas» cantam Carlos

do Carmo, Nicola Piovani, de Itália, que apresenta o «Concerto Cantalibile» e Amancio Prada, de Espanha, com o concerto «Em Lisboa sobre o Mar». Durante cinco noites a Cia Ensaio Aberto apresenta no Castelo de São Jorge «Morte e Vida Severina» e o Quarteto de Saxofones de Amsterdão vai dedicar uma noite a algumas composições de Carlos Paredes. Ainda no castelo de São Jorge haverá espaço para 32 casas regionais de todo o país integradas num programa que consiste em desfiles de grupos etnográficos de animação de rua, demonstração de jogos tradicionais das diversas regiões, uma mostra gastronómica e um espectáculo de animação etnográfica com ranchos folclóricos, bandas de música e grupos de cantares e de teatros. Nas Festas de Lisboa haverá também animação para crianças, exposições de arte contemporânea, mostras de animação de cinema de Lisboa e os já tradicionais arraiais e marchas populares que abrem o programa no dia 12 de Junho.

Montijo

Executivo da autarquia visita freguesias

No âmbito de um programa de visitas que o Executivo da Câmara do Montijo está a realizar durante Maio às freguesias do concelho, no passado dia 15 os membros do Executivo deslocaram-se numa visita de trabalho à freguesia de Sarilhos Grandes. Estas visitas têm como objectivo promover reuniões de trabalho, onde juntamente com o Executivo das respectivas juntas se poder verificar as carências existentes na freguesia e melhor responder às necessidades dos municípios.

Sintra

Câmara comemora Dia Municipal do Bombeiro

O Dia Municipal do Bombeiro foi assinalado no passado dia 21 de Maio com um desfile dos Corpos de Bombeiros do Concelho de Sintra, que partiu do Largo da Vila Velha com destino ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Sintra.



A Câmara Municipal de Sintra comemorou assim, pela primeira vez, este dia, prestando homenagem às nove corporações de bombeiros voluntários situadas no concelho.

PS

Reunião da bancada

JORGE COELHO LAMENTA AUSÊNCIA DE CRÍTICOS

Jorge Coelho disse no dia 18 aos deputados socialistas que o camarada António Guterres vai voltar à estrada, aproximando-se mais do PS e dos problemas nacionais. Na reunião com a bancada do PS, que durou quase quatro horas, o ministro da Presidência e do Equipamento Social lamentou a ausência «daqueles que andam sempre a pedir debate interno no partido», mas que faltam sistematicamente quando essas reuniões se realizam. Além da reunião plenária da bancada socialista, Jorge Coelho lembrou que esses mesmos críticos também estiveram ausentes na recente Convenção Autárquica do partido, em Coimbra.



Governo atravessa momento difícil

Nas suas intervenções, o ministro da

Presidência reconheceu que o Governo atravessa um momento difícil e que a coordenação entre o Executivo e o Grupo Parlamentar continua a mesma de há cinco anos para cá, importando por isso melhorar os canais de diálogo.

Pela parte do primeiro-ministro, Jorge Coelho também revelou que passará a haver outra disponibilidade para o diálogo com os deputados socialistas.

O ministro da Presidência também se disponibilizou para participar em reuniões com a bancada socialista uma vez por mês. A reunião foi também marcada por intervenções dos deputados Jorge Lácio e José Saraiva.

Analisando a reacção negativa dos jornais à forma como António Guterres debateu com a oposição a situação do país na AR, José Saraiva apelou para a necessidade de o PS não cair em erros de «ilusão de óptica»,

salientando que os socialistas deverão continuar a apostar em marcar a agenda social.

Separação de águas entre a esquerda e a direita

O ex-líder parlamentar do PS, camarada Jorge Lácio, sustentou a tese de que o PS deverá aproveitar a embalagem das eleições para a Presidência da República, introduzindo uma separação de águas entre a esquerda democrática e as outras correntes políticas. A ocasião para o PS virar esta página «é marcar a agenda política», segundo o cabeça-de-lista socialista por Santarém, deverá acontecer em finais de Setembro, ou Outubro, durante a convenção que será convocada para o partido manifestar o seu apoio à recandidatura de Jorge Sampaio à Presidência da República.

BAIXA DA BANHEIRA

25 anos da Secção

A Secção da Baixa da Banheira está a assinalar os 25 anos de existência com um vasto programa de comemorações, de que se destaca o jantar comemorativo dos 25 anos e homenagem a 25 de militância, que terá lugar no dia 26 de Maio, pelas 20 horas, na União Desportiva e Cultural Banheirense, e que contará com a presença dos camaradas Manuel Alegre e Jorge Coelho.

Uma grande jornada de confraternização em perspectiva da família socialista da Baixa da Banheira, que esteve sempre na primeira linha das lutas travadas pelo PS, de punho erguido e desfraldando as nossas bandeiras vermelhas de partido de esquerda.

De punho erguido e bandeira vermelha

«Nascemos em Abril de 1975, ano em que quem não fosse simpatizante do PCP era marginalizado, maltratado e, por vezes, agredido. Apesar disso, meia dúzia de jovens militantes do PS em colaboração com alguns banheirenses abriram a Secção da Baixa da Banheira do PS, na Rua Luís de Camões», lembra o secretário-coordenador da Secção, camarada Daniel Justo.

Souselas, Botão, Brasfemes, Eiras e S. Paulo de Frades.

As chaves serão depositadas nas mãos do líder do PS/Coimbra, camarada Fausto Correia, para que «sejam entregues ao camarada José Sócrates, como forma de protesto e de repúdio contra este processo».

CRESTUMA

Passeio da JS

A JS de Crestuma realizou no passado dia 31 de Abril um passeio-conívio que teve como destino o Parque das Nações, ex-Expo-98, em Lisboa.

A exemplo de anteriores passeios, este teve uma grande adesão e, nem mesmo o facto de ser organizado por uma força política, inibiu as pessoas de nele participarem. Este foi o quarto passeio-conívio organizado pela JS de Crestuma.

MADEIRA

Mota Torres defende Museu

O líder do PS/Madeira, Mota Torres, sugeriu no dia 18 à Câmara do Funchal a criação de um espaço destinado a exposição de trabalhos e espólios de artistas anónimos da Região. Mota Torres assinalou o Dia Internacional dos Museus visitando a unidade museológica Frederico Freitas, tendo avançado com a ideia de criação de um «museu vivo» destinado a todos os artistas madeirenses que queiram mostrar os seus trabalhos.

Referiu a existência de vários espólios ricos e colecções que são mantidos nas casas dos próprios «artistas anónimos» e que deveriam ser mostrados.

A Casa Museu Frederico Freitas, visitada por Mota Torres, reúne uma colecção de arte decorativa portuguesa e europeia, entre as quais desenhos e estampas sobre a Madeira do século XIX, escultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII, além de um espólio de azulejaria portuguesa, espanhola e oriental dos séculos XIV a XIX.



CACILHAS

Secção realiza debate

A Secção de Cacilhas do PS realiza hoje, na sua sede, pelas 21.30 horas, um debate subordinado ao tema «Acessibilidades, transportes e estacionamento».

O debate contará com a presença do camarada Carlos Manuel Delie, ex-director da Transportes Sul do Tejo e actual director da Transtejo.

COIMBRA

Secções entregam chaves

Cinco Secções do PS de Coimbra decidiram no dia 20 entregar simbolicamente as chaves das suas instalações ao ministro do Ambiente, camarada José Sócrates, em protesto pela decisão de queimar resíduos industriais na cimenteira de Souselas.

Uma decisão que o ministro do Ambiente, na prossecução do programa do Governo, pretende implementar, depois de um relatório de uma comissão de cientistas independentes ter dado o sim à co-incineração, que é considerado o melhor processo para tratar os lixos industriais e sem a existência de riscos para a saúde pública.

Protesto

A decisão de entregar as chaves foi assumida conjuntamente pelas secções do PS de

TERCEIRA

Novo núcleo da JS

Num comunicado, a JS da Terceira informa que mais de três dezenas de novos militantes da JS reuniram e instalaram o núcleo da Aqualva desta estrutura política de juventude do PS.

O novo núcleo tem como secretário-coordenador do Secretariado o camarada Alexandre Machado da Rocha, enquanto a camarada Mónica de Fátima Silva Ourique preside à Mesa da Assembleia Geral de Militantes.

QUO VADIS, EUROPA?

Mário Soares



UMA BOMBA CHAMADA FISHER

Os franceses aproveitaram o 50º aniversário da histórica declaração de Robert Schuman (9 de Maio de 1950) considerada o acto fundador da construção europeia - que subordinou o conjunto da produção franco-alemã do carvão e do aço a uma Alta Autoridade, aberta à participação de outros países europeus - para lançar e promover a sua presidência da União Europeia, que começa a 1 de Julho. Fizeram-no com incontestável mestria através de um colóquio organizado pela presidente do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine, em que participei (e de que foram principais tenores Jacques Delors, Lord Plumb, Van Miert e Federico Mayor); de um seminário promovido pela Fundação Robert Schuman e pela Associação Jean Monnet, realizado em Paris, na Assembleia Nacional francesa, sob a presidência do ministro Moscovici, em que igualmente participei, tendo tido a honra de presidir a uma das sessões sobre «o futuro da Europa»; e, finalmente, do debate sobre a presidência francesa que teve lugar na Assembleia Nacional iniciado com uma declaração solene do primeiro-ministro, Lionel Jospin, e durante a qual a oposição, pela voz do presidente Giscard d'Estaing, fez um diagnóstico pessimista do estado da União, que se traduziu na expressão, depois transcrita em todos os jornais franceses,

«uma Europa mole» - sem projecto, sem audácia e sem líderes... Não creio que a situação seja tão negra, não obstante se sentir uma certa «moleza» - admito - relativamente a decisões que se esperou que fossem tomadas e não foram: avanços na Conferência Intergovernamental sobre as grandes reformas institucionais; defesa do euro, cuja cotação se vem degradando em relação ao dólar, mais por razões políticas do que económico-financeiras; concretizações efectivas no que respeita à agenda social, que possam ser consideradas favoráveis ao mundo do trabalho; progressos quanto à Declaração dos Direitos Fundamentais; esboço de uma solução para o caso austríaco, capaz de fazer recuar os partidos neofascistas na Europa; uma maior projecção da União Europeia no mundo e a afirmação de uma parceria entre iguais com os Estados Unidos... Para só citar algumas das questões que estão na ordem do dia sem que, infelizmente, até agora, tenham tido alguma resolução. Contudo, é evidente, para um observador atento, que o acervo comunitário avança todos os dias, graças ao trabalho realizado pelos serviços europeus, expresso em inúmeras resoluções que vão sendo aprovadas, quer pela Comissão quer pelo Parlamento. No entanto, é verdade que, à semelhança do euro, a União Europeia

decepciona e está longe de corresponder às expectativas criadas. Alguns pensam mesmo que o chamado «método Monnet» dos pequenos passos está esgotado nas suas virtualidades e que o pragmatismo de que tanto se reclamam agora os responsáveis franceses não basta para resolver os problemas que a União tem diante de si. Pensam mesmo que o princípio das chamadas «cooperações reforçadas» - tão em moda nos últimos meses - não chega para que a Europa dê o salto em frente institucional que o inevitável alargamento impõe.

O grande golpe de rins veio donde menos se esperava: da Alemanha, pela voz do ministro «verde» dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, no discurso que pronunciou, em 12 de Maio último, na Universidade de Humboldt, de Berlim. O discurso intitulado «Da confederação à federação, reflexão sobre a finalidade da integração europeia», foi transcrito quase integralmente na edição de «Le Monde», de 14/15 de Maio e mereceu um comentário entusiástico do director do mesmo jornal: «Danke Schön, M. Fischer». O caso não é para menos: finalmente surgiu um discurso claro, com a coragem de pôr o nome aos bois e apresentando propostas claras.

De que se tratou, então? De propor uma visão prospectiva e política da União Europeia, fugindo aos chavões técnico-jurídicos, aos detalhes de circunstância e, numa palavra, relançando o debate sobre os «Estados Unidos da Europa» - para utilizar uma expressão polémica - e insistindo, para tanto, na necessidade de reforçar o eixo franco-alemão, como verdadeiro motor da União Europeia. Apresentando-se, prudentemente, como uma reflexão feita a «título pessoal», o discurso de Fischer mereceu já a aprovação do chanceler Schroeder (bem como dos elementos responsáveis da CDU, a oposição conservadora alemã) e um acolhimento particularmente favorável do ministro dos Negócios Estrangeiros da França, Hubert Vedrine. A presidência portuguesa, aparentemente ultrapassada, até agora ainda não produziu qualquer comentário. Pelo contrário, a imprensa inglesa foi bastante fria nos seus comentários, sublinhando o conspicuo «The Times»: «A Alemanha ameaça isolar a Grã-Bretanha».

No início da sua conferência, Joschka Fischer perguntou: «Quo vadis, Europa?». E respondeu, em síntese: nos próximos dez anos a UE ter-se-á alargado aos outros países do leste e do sudeste, integrando, praticamente, o dobro dos países-membros que hoje a compõem. É inevitável. Mas para não perder eficácia, nem se dissolver numa mera zona de livre comércio terá de fazer rapidamente a sua integração política, passando de uma Confederação a uma Federação (composta por Estados que mantenham a sua identidade nacional, mas que partilhem - isto é: admitam pôr em comum - aspectos fundamentais da sua

soberania). Haverá um Parlamento Europeu (bicameral, com um Senado representativo dos Estados) e um Governo Europeu, provavelmente com um presidente eleito directamente pelos cidadãos europeus. A repartição precisa das competências entre a Federação e os Estados-membros deverá ser feita, por forma rigorosa, no quadro de um tratado-constitucional (uma Constituição Europeia, que deverá estipular os direitos fundamentais, os direitos do homem e do cidadão, uma separação equilibrada de poderes entre as instituições europeias e uma delimitação precisa dos domínios geridos pela União e pelos Estados-membros). Trata-se, simultaneamente, de construir uma União política de Estados e também uma União de cidadãos europeus (com um verdadeiro sentido de cidadania europeia).

Qual o caminho, segundo Fischer, para chegar a um tal designio? É aí que volta a relançar o eixo franco-alemão, verdadeiro motor da construção europeia (que foi no passado e deverá ser no futuro) ajudando à ideia de Jacques Delors de um «núcleo duro» propulsor da integração (os seis iniciais?, ou os 11 ou 12 do euro? Ou os que se dispuserem politicamente a fazer esse caminho?). Quanto aos outros países - que hesitem ou não queiram ousar uma tal experiência - a ideia de Fischer é que fiquem para trás (embora a porta de acesso à Federação lhes fique aberta) mas que não possam, de forma alguma, impedir os que querem avançar...

O discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros alemão constituiu uma verdadeira bomba e está agora a ser digerido, dificilmente, pelas chancelarias dos Quinze. Será discutido, seguramente, em Santa Maria da Feira, em 19 e 20 de Junho. Se o não for antes, Mal seria que assim não acontecesse e que os dignos primeiros-ministros, reunidos em conclave, mais uma vez disfarçassem e começassem a assobiar para o ar, como se não tivessem ouvido nada...

Por outro lado, é indispensável que os povos o discutam - o Movimento Europeu Internacional, as ONG, que se interessam pela construção europeia e, sobretudo, os cidadãos, em favor dos quais a Europa é feita. Quanto aos portugueses - dirigentes e cidadãos - é indispensável que se preparem para a verdadeira refundação da União, que se avizinha, de modo a que Portugal não perca a oportunidade de fazer parte, desde o início, do «núcleo duro» que constituirá a nova Federação. Custe o que custar! Estrasburgo, 15 de Maio de 2000
(1) DEPOIS de este artigo ter sido escrito e entregue, vi que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, reagiu, em 17 de Maio, muito favoravelmente ao discurso de Fischer. Congratulo-me com o facto e espero que as autoridades portuguesas, nas semanas que faltam para o fim da nossa presidência, façam tudo o que puderem para concretizar a ideia.

«Expresso»

ANGOLA

Jorge Santos



SOLIDARIEDADE COM MÁRIO SOARES

A recente «crise» nas relações luso-angolanas continua a merecer comentário. Talvez porque o essencial não seja o problema (desde sempre complicado) do relacionamento entre antigo colonizador e colónia, entre dois países de idioma português e com laços muito especiais a preservar.

Existe neste caso um problema mais imediato e maior, porque diz respeito a princípios sagrados. O problema da liberdade. E a liberdade, ao contrário do que muitos tentam fazer crer, não é uma questão «ocidental» ou europeia - é global e refere-se a toda a humanidade. Liberdade que é sempre a liberdade dos outros, dos que não pensam como nós, dos que discordam, ao indivíduo insubstituível que é a medida de toda a liberdade - concreta, não abstracta.

Se o Estado angolano (ainda perturbado pelas sequelas de uma guerra civil que não acaba nunca) atacou Mário Soares, foi porque este criticou a ausência de direitos

cívicos elementares no dia-a-dia daquele grande país africano. E porque fez um apelo ao diálogo entre as partes cujo conflito provoca a morte, a miséria e o desespero nas populações angolanas.

Mário Soares foi assim o alvo escolhido, por meio da calúnia e insulto. O resistente, o democrata, o homem de Estado em nada saiu diminuído - nem é a primeira vez que tem que se confrontar com ditadores e totalitários. Num regime que oprime o seu próprio povo e se aproveita dos recursos de Angola em seu benefício pessoal, enquanto nas ruas se morre de fome e de doença, não é de admirar este ataque, dirigido a Mário Soares e João Soares. Tem a até toda a lógica e só honra os dois socialistas.

Manifestar-lhes toda a solidariedade é o mínimo que se pode fazer, denunciar a corrupção, a opressão e a guerra (por culpa de ambas as partes em conflito) constitui uma exigência cívica. Seja em Angola ou em qualquer outra parte, a luta pela liberdade é só uma.

ESTADO DE DIREITO

Jorge Sampaio



NOVAS VIAS DE RESPOSTA PARA AS QUESTÕES DE JUSTIÇA

Ao saudar todos os congressistas, a quem me sinto particularmente ligado por mais de vinte e cinco anos de advocacia, saúde, também, a iniciativa de serem temas deste V Congresso questões nucleares da sociedade portuguesa, em que os advogados têm voz exemplar – pelo conhecimento e pela função. E a iniciativa é tanto mais de louvar quanto o país tem os olhos postos nas questões da Justiça, que atravessam, de modo particular, o quotidiano dos portugueses, e de cuja resolução depende, em apreciável medida, uma mais plena realização do Estado de Direito.

É matéria sobre a qual tenho feito insistentes apelos, com especial detalhe nas sessões solenes de abertura do ano judicial, quando estão reunidos todos os profissionais do foro. Mas nesta hora, cabe aos advogados falar, com a certeza de que estaremos atentos à sua voz.

Voz enriquecida pela experiência do dia-a-dia, pelo enfrentamento dos bloqueios do sistema, pela busca de caminhos que ladeiem práticas obsoletas e tantas regras desajustadas. Mas voz responsável, e no registo de quem sabe os pressupostos e os limites das reformas a empreender.

Servidores do Direito e da Justiça, na magnífica expressão do seu Estatuto, cabe aos advogados estar na primeira linha da promoção e defesa do Estado de Direito – pela reflexão crítica, pela intervenção profissional,

pelo compromisso e militância associativa, que em todas as trincheiras há combates a travar. Essa luta desenrola-se, todavia, num mundo novo.

A vontade política dos povos reuniu espaços e esbateu fronteiras.

As novas formas de comunicação aceleraram o tempo e anularam distâncias.

Os instrumentos de trabalho revolucionaram-se, num percurso sem limites visíveis, e exigindo que da identidade de cada um passe a fazer parte a capacidade de mudança.

É neste quadro que os contratos começam a ser negociados em teleconferência, para serem firmados na Internet; e até o velho e canónico «contestando diz» já não participa dos vagares do papel selado e está prestes a chegar a tribunal, pelo correio electrónico, feito empregado forense da era digital.

Mas a aceleração do tempo e a inelutável globalização dos espaços e das relações trazem consigo um direito novo, também ele global, com novas regras e novas atitudes, a exigir disponibilidade para todas as aprendizagens e formação permanente como projecto de vida.

Tudo isto interpela os modelos tradicionais de exercício da advocacia; obriga a repensar o lugar e o modo da profissão e as estruturas societárias em que, cada vez mais, se insere; postula crescentes especializações e acrescidas exigências de informação, de rigor e de responsabilidade, quando não renovadas deontologias, que respondam, com ética

suficiente, aos padrões de comportamento emergentes.

A hora é de desafios. Para responder, com informação actualizada e indeclinável responsabilidade, às exigências de protecção do património, da honra e da liberdade, que tanto estão em risco na Internet, como no adro da aldeia mais remota.

Para encontrar e formular regras que, tendo em conta a competitividade profissional sem fronteiras, não façam, todavia, do advogado, que tem o homem como medida, mais um produto da publicidade excendatória.

Para compatibilizar os interesses dos constituintes e da Justiça com os insistentes apelos dos media, a quem nem sempre sabemos se e como dar resposta.

E aqui impõe-se uma reflexão árdua e inadiável, que terá de ser feita, em conjunto e em insubstituível cooperação, pelos profissionais do foro e pelos profissionais da comunicação social.

Vivemos um tempo em que não é mais possível coar a Justiça num gueto que a defesa da vertigem dos factos em tempo real.

Preciso é que haja regras. Regras que permitam a convivência do tempo da decisão judicial – e a delonga que lhe é própria – com o tempo da informação.

Regras que estabeleçam um equilíbrio entre a notícia, que a pessoa e o seu litígio sempre podem constituir, e os limites inafastáveis da ética e da Justiça.

Regras que respeitem a fronteira exígua que

separa o direito à presunção de inocência da antecipada e irremediável condenação, sem defesa, nem apelo, no palco da comunicação social.

Mas a resposta aos tempos novos exige ainda que a Ordem dos Advogados, a quem está atribuída, por lei, a função de verificar as condições de acesso à profissão e zelar pela disciplina do seu exercício, veja o seu Estatuto reformulado; sem esquecer a indispensabilidade de se esclarecer e precisar, uma vez por todas, o que é próprio do advogado, e só dele, para que não andem os mandatos ao sabor do amadorismo e da usurpação, e o mercado sem regras se não sobreponha ao saber e à experiência, controladas por quem de direito. Caros Colegas,

Estou certo de que este V Congresso abrirá novas vias de resposta para as questões da Justiça e para a reformulação de uma profissão que, interpelada pelos tempos novos, tem créditos antigos na defesa do Estado de Direito.

Que dos vossos trabalhos, neste Congresso, haja notícia.

Notícia que represente para a comunidade ocasião de renovada confiança numa profissão que é, antes de mais, serviço público, e sem a qual não há administração da Justiça digna desse nome.

Discurso proferido na sessão de abertura do V Congresso dos Advogados Portugueses, no dia 17, no Fórum Lisboa

EDUCAÇÃO

Guilherme d'Oliveira Martins

FORMAÇÃO DE PROFESSORES É UMA TAREFA PRIORITÁRIA

A escola é o centro da vida educativa. O aluno é objectivo fundamental de tudo quanto realizamos no ensino. A qualidade das aprendizagens é o horizonte exigente que não podemos perder de vista. A cultura da avaliação e da responsabilidade é o que devemos prosseguir e assumir com persistência e determinação.

Neste sentido, a formação de professores e educadores constitui uma tarefa prioritária que temos de levar a cabo. Mas não repetindo soluções tradicionais ou limitando-nos a corresponder às solicitações conjunturais ou de circunstância.

No momento que passamos da sociedade industrial à sociedade da informação, com importância crescente do conhecimento e de inovação é indispensável que compreendamos que o desenvolvimento se opera pela capacidade de aprender mais e melhor. É isso que designamos como o nascimento da sociedade educativa. Para tanto, importa compreender que preparando a escola e a educação para a incerteza e para a complexidade, urge legar cada vez melhor a formação inicial e as formações contínua e especializada.

O que está em causa? É a inacção de

respostas para as necessidades educativas das escolas e de uma sociedade onde está cada vez mais presente a educação permanente e a formação ao longo da vida, do mesmo modo que é a necessidade de haver planos coerentes individuais de formação para cada professor e educador, em nome do desenvolvimento pessoal e social de cada vocação e de cada percurso.

Atinal, não basta falar de educação e formação ao longo da vida. É essencial estudar essa perspectiva na concepção dos percursos dos educadores.

Devo saudar muito especialmente a criação da Rede Europeia de Políticas de Formação de Professores, nascida de uma proposta portuguesa, com o objectivo de fomentar a cooperação entre os Ministérios da Educação de vários países membros da União no domínio central das políticas de formação dos professores e educadores. Pretende-se garantir que haja uma definição clara, com responsabilidades partilhadas, o desenvolvimento sustentável e a avaliação das políticas de formação.

A profissão dos professores apenas poderá ser valorizada se estiver nitidamente ligada a um esforço efectivo de qualificação na formação inicial, na formação contínua e na

formação especializada. Trata-se de compreender a função do conhecimento e da inovação, a importância nova da economia do saber e da sociedade educativa – em ligação estreita com o novo conceito de educação e formação ao longo da vida.

É indispensável por isso que todos conheçamos melhor as capacidades da formação, as potencialidades quanto à promoção da qualidade, as condições para a institucionalização de uma cultura de avaliação. Só assim teremos condições para uma mobilidade autêntica com igualdade de oportunidades – a partir da confiança mútua nas qualificações profissionais docentes adquiridas nos diferentes Estados-membros. A Rede vai, assim, desenvolver a cooperação entre sistemas educativos, através da reflexão, da troca de experiências, da cooperação técnica, da livre circulação de informação.

O professor e o educador é chamado a assumir uma função central de orientação no sentido da aprendizagem ao longo da vida, do enriquecimento mútuo a partir da diversidade, do despertar da curiosidade pedagógica e científica, da preparação para um mundo de incerteza e complexidade.

Se falamos de novas competências básicas, se damos uma importância acrescida à

sociedade da informação, se queremos atribuir ao professor e ao educador o lugar central na sociedade educativa e ao aluno objectivo fundamental de tudo quanto realizamos na educação, a verdade é que necessitamos de promover a sua qualificação a partir de referenciais inequívocos de qualidade e de superar os obstáculos ao reconhecimento de habilitações e à mobilidade.

Eis porque a rede constitui um passo essencial. E se, como ontem mesmo salientava em Lisboa a Senhora Comissária Vivianne Reding, a presidência portuguesa protagonizou um facto histórico na Vida da União, ao pôr a Educação na primeira linha das nossas prioridades, o certo é que a formação dos professores e educadores constitui a peça chave. Mas há um trabalho intenso, de longo prazo, a pôr em prática. Não podem continuar a usar os métodos tradicionais para responder aos problemas novos do mundo contemporâneo. Precisamos da audácia das soluções que favoreçam o acto de aprender que permita ligarmos conhecimento e compreensão.

Intervenção do ministro da Educação na Conferência «Políticas sobre Formação de Professores na União Europeia», realizada em Loulé, no dia 23

UNIÃO EUROPEIA

Seixas da Costa

AGITAR AS ÁGUAS



A inclusão na agenda da recente reunião informal dos responsáveis pelos Negócios Estrangeiros da UE, nas Furnas, de um ponto dedicado ao modelo de integração que queremos para o futuro da Europa surgiu num contexto distinto das discussões em curso na Conferência Intergovernamental (CIG). Em causa não está o exercício da CIG, cujo perímetro de trabalhos tem vindo a ser definido pela Presidência portuguesa, num registo marcado pela preocupação de uma melhoria funcional da actual União, num médio prazo. Com esta iniciativa, a Presidência portuguesa procurou suscitar um mais amplo debate sobre o futuro da Europa que aí vem, num cenário de pós-alargamento, e facilitar a utilização de um espaço institucional para aferir do estado actual das várias leituras sobre o modelo político que poderá enquadrar as realidades do futuro.

A intervenção proferida há dias pelo responsável pela política externa alemã, Joschka Fischer, vem na linha exacta daquilo que ele próprio elaborara na reunião dos Açores e constituiu, como disse o ministro Jaime Gama na carta que lhe enviou, «uma importante contribuição para o debate decisivo com que a Europa está agora confrontada». À luz de uma perspectiva abertamente federalista, embora com assumidas dúvidas quanto a pormenores do próprio modelo que preconiza, o ministro alemão coloca sobre a mesa, a título pessoal, quase todas as grandes questões em torno das quais hoje nos interrogamos. Só nos podemos felicitar pelo aparecimento desta interessante reflexão por parte de quem detém responsabilidades efectivas de Governo na Europa de hoje e desejar que

ela possa ser um estímulo para a discussão que, cada vez mais, se impõe seja desenvolvida neste domínio.

Como não podia deixar de ser, os especialistas domésticos nos nichos de mercado da intriga política concentraram-se na exegese das declarações oficiais portuguesas face à intervenção de Joschka Fischer, na busca ansiosa do contraste de posições. Deixemo-los a falar sozinhos.

O debate europeu esteve sempre refém, entre nós, de uma quase explícita identificação dos defensores da ideia federal com propósitos antipatrióticos. Este reflexo de nacionalismo primário, que é urgente desmontar na praça pública, tem nas suas raízes - até com alguns actores comuns - o sentimento isolacionista que, desde há décadas, ciclicamente pretendeu afastar Portugal da participação plena nas instituições europeias e, dentro delas, sempre procurou reagir contra modelos mais integradores. É a prevalência da prioridade da velha linha afro-atlantista que, no plano europeu, apenas favorece um bilateralismo tático com duvidosas virtualidades históricas e que, bem no fundo, tem como cenário eterno uma síndrome aljubarrotiana. É preciso que isto seja dito de forma clara e é também necessário que os que são a favor do projecto europeu se não acantonem numa posição defensiva no debate das ideias.

A experiência da defesa dos interesses portugueses tem apontado para a importância de jogar no reforço do processo integrador, por se considerar que é no quadro europeu que melhor se protegem as especificidades nacionais. Estar na moeda única, em Schengen ou nos modelos de segurança e defesa mais integrados é a chave para colocar Portugal no eixo da

Europa do futuro. Quem não perceber isto está a ajudar à criação de mais um ciclo de periferização histórica do País.

Dito isto, vale a pena reflectir sobre as ideias de Joschka Fischer com alguma serenidade e tentar perceber por que razão, para a resolução de problemas cuja análise partilhámos, as soluções podem divergir em função das diferentes experiências históricas dos países onde elas se geram.

A Alemanha é um Estado apoiado numa organização federal, com estruturas regionais poderosas e, em certos casos, maiores do que alguns países europeus, incluindo Portugal. É, assim, natural que procure identificar as bases do modelo europeu ideal a uma projecção da sua própria organização, nisto se conjugando com uma corrente muito respeitável do pensamento político europeu.

Torna-se, aliás, interessante verificar como o ministro alemão procura transpor para a dimensão comunitária as preocupações de «subsidiariedade» - em caricatura, a procura do sujeito da decisão ao nível operativo mais baixo possível - que estão em crescendo no seu próprio país. É nesta preocupação com as dimensões de representação infrafederal que Fischer vai ao encontro da prevalência do conceito de «Estado-Nação» como unidade de base do seu modelo, claramente procurando atenuar as reacções que pressente potenciais noutros parceiros, como é seguramente o nosso caso.

Como ponto muito interessante, embora não inédito, o ministro alemão traça a ideia de um papel novo para os parlamentos nacionais a nível europeu, que possa ser lido como compensatório das partilhas sucessivas de soberania que a integração naturalmente implica. Não temos defendido

outra coisa.

De todo o conjunto de ideias expressas pelo ministro alemão retém-se a sua preferência por um sistema assente numa vanguarda integradora e numa partilha de soberania muito vasta. Todos sabemos que os vários países europeus têm, sobre este assunto, posições muito diversas, derivadas das suas tradições constitucionais específicas e das agendas diferenciadas de preocupações e de interesses que mobilizam as suas opiniões públicas e agentes políticos. Nós não somos excepção.

O modelo federal, qualquer que ele seja, tem vantagens e inconvenientes que têm de ser analisados com atenção. Qualquer passo na sua direcção, que seria sempre uma opção a longo prazo, teria de corresponder a uma decisão sufragada pelo Parlamento ou mesmo por via referendária. Por essa razão, quem tem medo do debate sobre federalismo?

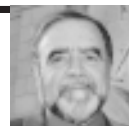
A nosso ver, mais do que enveredar por apriorismos dogmáticos, importa enfrentar as ideias com outras ideias, projectando-as no quotidiano da construção da organização europeia. O que interessa é garantir, em cada momento, que as opções institucionais que assumimos asseguram os valores essenciais que nos mobilizam: os direitos dos cidadãos europeus, num quadro de paz, de estabilidade e de desenvolvimento de todo o continente, que assegure a projecção dos seus legítimos interesses comuns no plano internacional. Porque não devemos ter a arrogância de pretender desenhar o fim da História, talvez valha a pena, também aqui, seguir a máxima de um esquecido teórico socialista de que o movimento é tudo e o fim é nada.

In «Diário de Notícias»

POLÍTICA

Manuel Alegre

DEMOCRACIA ESTÁ A SER DESVIRTUADA



Há muito que não me ria assim. Não tanto por causa da cegonha melancólica que resolveu suicidar-se às dez e tal da noite no poste 327 da EDP na Figueira da Foz. É que, depois de ouvir a rádio, eu tinha comentado para os meus filhos: vejam lá vocês como são as coisas, dantes as cegonhas traziam os bebés de Paris, eram elas que davam à luz, agora apagam o país. Eis senão quando aparece na televisão um senhor engenheiro da EDP, com ar muito sério, a falar da cegonha e do inevitável inquérito. Olhámos uns para os outros e desatámos a rir a bandeiras despregadas. Aquele senhor, com certeza, pessoa excelentíssima, tinha-se transformado por via das circunstâncias numa personagem do Herman José. Nem o Herman, ele próprio, conseguiria melhor. Mesmo que seja verdade, mesmo que Portugal tenha ficado às escuras por causa de uma cegonha noctívaga e deprimida, nunca mais ninguém acreditará. Não só por

ser inverosímil que a segurança e a luz de um país dependam dos humores de pássaros que, ainda por cima, não costumam voar de noite. Mas, sobretudo, porque a solenidade mata, lança a suspeita, destrói a confiança. Eu não tenho elementos para desmentir a EDP. Pode até ser que sim, pode ser que tenha sido a cegonha. Mas não consigo deixar de me rir, por causa da forma tão grave e circunspecta como as explicações foram dadas. Se os senhores da EDP tivessem aparecido a rir, descontraídos, dizendo simplesmente, parece mentira mas foi uma cegonha, se calhar o país acreditava. Mas com aquela majestade tecnocrática, quando já o génio popular e a criatividade da língua tinham inventado o apagão, não havia cegonha que resistisse.

Nem cegonha nem política. Claro que, parafrazeando Eça de Queiroz, eu podia perguntar: se a EDP deixa que uma cegonha me corte assim a luz, que posso eu cortar à EDP?

Mas a questão é outra. Ou talvez haja várias

questões. A da segurança: uma cegonha não pode ser tão eficaz como um exército inimigo ou uma organização terrorista. O discurso do poder: a solenidade, a pose doutoral, os inquéritos que nunca chegam a conclusão nenhuma.

Guterres tem falado da dessacralização do poder. Mas a lógica é outra, é a da auto-sacralização e da autojustificação. Este tipo de discurso é incompatível com a normalidade democrática. E não resiste à televisão. Lembro-me do que disse Miguel Torga a Ramalho Eanes, quando lho apresentei em Coimbra: «Seja sério, mas não se leve a sério».

O cavaquismo perdeu-se por se levar demasiado a sério. Este Governo está a correr o mesmo risco. Talvez seja uma das causas do desinteresse pela política, cerca de 80 por cento, segundo uma sondagem recente. Mas não só. Há razões mais profundas, aqui e em toda a parte. Houve um tempo em que se acreditava que uma mudança política podia mudar a vida. Já

ninguém acredita nisso. Não apenas porque morreram, como agora se diz, «as grandes narrativas de libertação», mas porque os políticos pouco mais criam do que a imagem que projectam de si mesmos. A qual se esfuma ao primeiro embate com a realidade. Na era da globalização, a margem de decisão dos governos é cada vez menor. O poder saído do sufrágio está a ser substituído por poderes anónimos, transnacionais. Não vão a votos nem são fiscalizados por órgãos democraticamente eleitos. A democracia está a ser desvirtuada, o Estado está a passar à clandestinidade, os elementos estruturantes da nação estão a diluir-se, a política está a desaparecer.

João Salgueiro tem razão: a integração europeia e a globalização não são sinónimos de autodissolução, exigem, mais do que nunca, um projecto nacional. E o regresso da política, do Estado e da cidadania. Caso contrário, teremos que juntar às de La Fontaine uma nova fábula: a da cegonha.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Capoeira em Albufeira

A Câmara Municipal promove, hoje, às 22 horas, o Concerto da Banda da Armada, a decorrer no Largo 25 de Abril por ocasião das comemorações do Dia da Marinha. O III Baptizado Internacional de Capoeira decorre no domingo, dia 28, a partir das 15 horas, no Auditório Municipal. No mesmo local, mas na quarta-feira, dia 31, pelas 14 horas, não deixe de assistir ao seminário sobre ambiente: «Conhecer o Litoral – Lagos dos Salgados e Praia Grande». «Paisagens Escritas» é o nome da exposição que o pintor Martins Leal mantém patente, até ao dia 30, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros.

Concerto em Amarante

Os Claustros do Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso recebem, mais uma vez, hoje, pelas 21 e 30, a Orquestra do Norte, para um concerto que contará com a participação de Maria Teresa Del Castillo (soprano) e com a direcção do maestro João Trillo. Do programa deste espectáculo constam «Impresión Nocturna», de Andrés Gao; «O Caminho de Santiago», de Henrique Saavedra; «Três Baladas Galegas», de Xoán Montes; «Duas Canções Galegas», de Rogelio Groba; e «De Terra Galega», uma rapsódia de Juan José Castro.

Diálogos musicais em Coimbra

«Música em Diálogo» é o espaço cultural a cargo do maestro José Atalaya que tem percorrido o País de Norte a Sul. Hoje, o musicólogo, acompanhado pelo Quarteto de Saxofones do Porto, apresenta-se na Casa da Cultura, entre as 16 horas e as 17 e 30, numa sessão pedagógica para os alunos dos 2º e 3º ciclos de ensino básico. O concerto para o público em geral acontecerá ainda hoje, mas as 21 e 30, no Café Santa Cruz. A partir da obra de Charlotte Delbo «Auschwitz et Après», com encenação de Lúcia Ramos, o Teatro do Morcego apresenta, amanhã, às 21 e 45, no Teatro Académico de Gil Vicente, a peça «N.N. – Noite e Nevoeiro».

Espectáculo em Fafe

Um espectáculo com a Tuna Universitária do Minho e o Grupo de Música Popular da Universidade do Minho espera por si, amanhã, pelas 21 e 30, no Estúdio Fénix. A Exposição de Trabalhos dos Núcleos de Estágio de Fafe poderá ser vista e apreciada diariamente, a partir da segunda-feira, dia 29, e até ao dia 3 de Junho, na Galeria Municipal da Casa Municipal da Cultura.

Karaté em Faro

O Passeio da Doca será palco, amanhã, a partir das 22 horas, do concerto da Banda da Armada. No sábado, dia 27, às 15 horas, vá até à Escola José Neves Júnior e assista ao Torneio de Karaté masculino/feminino do escalão infantil/iniciados.

Fantoches em Guimarães

Os «Encontros de Primavera» começam depois de amanhã, prolongando-se até ao próximo dia 3 de Junho. No âmbito deste evento, destaque para o recital de piano de Constantín Sandu, no domingo, às 21 e 30, no Paço dos Duques de Bragança. Notória será também a conferência «Canções sem palavras e da música como arte abstracta», a proferir por Carlos de Ponte Leça, no dia 29, à mesma hora e no mesmo local. Na quarta-feira, dia 31, leve os seus filhos à Biblioteca Municipal – Sala Polivalente, para um belo espectáculo de fantoches, «Teatrinho do Romão», de Luísa Dacosta, a começar pelas 11 horas.

Estreias em Lisboa

O Parque Eduardo VII será, mais uma vez, palco da Feira do Livro, a 70ª, a decorrer a partir de hoje e até ao dia 13 de Junho. «Uma Vida a Dois», de Rob Reiner; «Holy Smoke», de Jane Campion; «The Million Dollar Hotel», de Wim Wenders; «Girl's Night», de Nick Hurran; e «Screwed», de Scott Alexander e Larry Karaszewski são as cinco fitas debutantes que estreiam amanhã nas salas de cinema lisboetas. Também a partir de amanhã e até ao dia 4 de Junho poderá visitar a Alameda dos Oceanos do Parque das Nações e apreciar, na Rua do Bojador, o Salão Internacional do Automóvel. O Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian acolhe, no dia 29, às 19 horas, um recital do pianista Murray Perahia, espectáculo inserido no âmbito do Ciclo de Piano.

Filme na Lousã

Dia Nacional da Guarda Florestal é assinalado, hoje, com um almoço-convívio,

no Parque Municipal de Exposições. Se os seus filhos ou netos têm seis ou mais anos de idade, então pode levá-los à sala de espectáculos mais próxima para assistir, com eles, ao filme de animação «Pokémon», com exibição marcada para amanhã, pelas 21 e 30.

Cicloturismo em Montemor-o-Velho

O concelho será cenário, este sábado, dia 27, de um passeio de cicloturismo, com Alves Barbosa, a partir das 9 e 30. No domingo, a partir das 16 horas, a sede da Filarmónica de Instrução e recreio da Abrunheira será palco de um concerto a cargo da Orquestra Ligeira do Conservatório de Música de Coimbra.

Filmes e música em Óbidos

O Ciclo de Cinema que complementa o Festival «Óbidos Jazz 2000» prossegue hoje, pelas 21 e 30, no Auditório da Casa da Música, com «Sound os Jazz», de Jack Smight; e «The Sound of Miles Davis». Quanto a concertos, saiba que amanhã, às 22 horas, o Auditório Municipal será palco para o espectáculo do Trio de Carlos Barreto. No mesmo horário e local, este sábado, dia 27, assista à apresentação de Moreiras JazzTet e Phil Markowitz. Para o domingo, dia de encerramento, foram reservados dois espectáculos: às 16 horas haverá Estardalhaço da Geringonça (animação de rua) e, pelas 17 e 30, a Big Band de Calus Nymark volta ao jazz.

Livros em Paredes de Coura

A «Semana da Cultura e do Livro» começa no dia 26, prolongando-se até ao dia 2 de Junho. Amanhã, participe no «Passeio pela rua com poesia», a partir dos Largo Visconde Moseles, às 15 horas. Às 22 horas o Centro Cultural servirá de Palco para um concerto do maestro António Vitorino d'Almeida.

Xadrez em Vila Real de Santo António

Até ao domingo, dia 28, poderá assistir à III Magistral de Xadrez da cidade, a decorrer no Centro Cultural António Aleixo.

Concerto
Mafalda Veiga
 31 de Maio, 21h30
 Grande Auditório
 Centro Cultural de Belém



SUGESTÃO

«Antes de Adormeceres»

Karin é uma jovem moderna, cheia de uma energia que emprega de modo caótico e desgovernado. No seu universo imperam impulsos contraditórios: por um lado a segurança do núcleo familiar, por outro, a ânsia de experimentar sensações poderosas e diferentes. Para frisar esta dicotomia, o livro «Antes de Adormeceres» começa com duas citações – um poema de Rilke, melancólico e doce, evocativo da atmosfera cúmplice de uma noite fria em que o poeta, dentro de quatro paredes, «gostava de cantar a alguém uma cantiga de embalar», que funcionaria como um feitiço contra a violência do mundo exterior; e uma frase de Joe Frazier que ilustra essa mesma terrível violência que é usada para aniquilar os mais fracos, garantindo a sobrevivência dos mais fortes. Num mundo de contrastes, Karin vai revelando a história da sua família, repleta de fantasmas do passado que contribuem para as charadas e as tensões do seu presente. «Antes de Adormeceres» é o romance de estreia de Linn Ullmann – filha do conhecido realizador cinematográfico Ingmar Bergman e da actriz Liv Ullmann – que, apesar da saga familiar que narra, retoma muitos dos temas tratados pelo pai no cinema, assumindo-se como uma voz actual e original indispensável de se ouvir (ler).

POEMA DA SEMANA

Intimidade

à memória de Natália Correia

*Quem sabe de nós
 o que se passa por dentro?
 O homem é abismo redondo
 onde o silêncio é que conta.*

*O Poeta é o enigma
 que encobre, descobre a exacta
 hora maligna
 em que o silêncio é que mata.*

Carlos Carranca
 In «O espírito da raiz»



A CANTIGA DO COSTUME

O PSD vive obcecado com o aumento dos impostos, o despesismo e a desorçamentação.

São estes os seus fantasmas e a linha orientadora que se segue quando participa em debates sobre finanças públicas.

Quanto ao aumento de impostos estamos conversados: cinco anos depois do último governo da responsabilidade do PSD, os impostos não têm subido, verificando-se nalguns casos significativas reduções em termos reais.

Trata-se ainda de uma evolução insuficiente que é preciso acelerar e consolidar, nomeadamente reforçando as medidas de combate à evasão e fraude fiscais e criando mecanismos de equidade e justiça que concretizem um verdadeiro pacto de justiça fiscal.

Até ao fim da actual sessão legislativa e na sequência do anúncio que delas fez, recentemente, o 1º Ministro, surgirão seguramente variadas medidas de eficiência e justiça fiscal que confirmarão o sentido da evolução da actual política fiscal ao serviço das pessoas em geral e dos contribuintes em particular, como consta, aliás, da política orçamental para o ano corrente.

No que se refere ao despesismo, a crítica funda-se na evolução percentual da despesa pública relativamente ao PIB que terá sido particularmente acentuada no ano de 2000, com a taxa a ultrapassar os 50% do PIB.

Bem prega São Tomás.

Com efeito, as taxas de evolução do crescimento da despesa corrente, sem juros, nunca foram tão elevadas quanto o foram durante os governos do PSD e, mais grave ainda, subsistiram com níveis de «deficit» orçamental verdadeiramente incomportáveis, com a agravante de, na maior parte desses anos, se viver uma fase do ciclo económico relativamente expansionista.

De todo o modo, esta crítica encerra um desconhecimento absoluto da evolução da despesa e, nomeadamente, dos contornos dessa evolução.

Esquece, por exemplo, que a despesa social cresceu 10 por cento durante o 1º governo da responsabilidade do PS (passando de 45 por cento da despesa total para 55 por cento dessa mesma despesa) sendo certo, como é de elementar bom senso reconhecer, que as áreas sociais são ainda as mais deficitárias na sociedade portuguesa e, portanto, aquelas a que deve ser dedicada uma atenção prioritária.

O PSD confunde sistematicamente despesismo com eficácia social da despesa.

Sobre o primeiro conceito sabe muito, por experiência própria, sobre o segundo não conhece rigorosamente nada.

Finalmente, a desorçamentação. Incapaz de reconhecer a validade das medidas de política concretizadas que permitiram, entre outros efeitos, reduzir, de

harmonia com os compromissos assumidos, o «deficit» do SPA para níveis perfeitamente aceitáveis, mantendo simultaneamente uma trajectória descendente dos preços e a diminuição sucessiva de níveis de desemprego (que já dura há 40 meses), o PSD insiste na fixação da desorçamentação.

Para o PSD, as contas públicas (validadas por organismos idóneos nacionais e internacionais) são falsas porque não servem para sustentar as suas fantásticas teses.

Rescreve-se aqui a parábola do mau mensageiro mas ao contrário.

Se nos trazem boas novas e se as boas novas são creditáveis ao Governo não podem ser verdade. Logo devem ser ignoradas.

Claro que em teoria sempre será possível encontrar uma ou outra avaliação ou método de registo mais ou menos questionável.

É assim a vida. Feliz ou infelizmente não é um laboratório geneticamente puro onde todas as acções e (ou) omissões obedecem a uma lógica irrefutável.

Sobretudo, num mundo como o das finanças públicas e nomeadamente no que respeita aos princípios de financiamento da actividade do Estado que está em permanente mutação ou evolução.

É com este deprimente quadro de análise que o PSD se abalança a participar nos debates sobre finanças públicas.

Nem mais nem menos!

«Era impossível sobreviver profissionalmente na RTP. Toda a gente sabe que politicamente sou de esquerda em na vigência do prof. Cavaco Silva e das direcções afectas ao PSD, eu fui tratado como o cavalo espanhol... O mínimo de esmola possível»

Júlio Isidro
Expresso-Vidas, 20 de Maio

«O cavaquismo perdeu-se por se levar demasiado a sério. Este Governo está a correr o mesmo risco»

Manuel Alegre
Expresso, 20 de Maio

«O poder saído do sufrágio está a ser substituído por poderes anónimos, transnacionais»

Idem, ibidem

«Estar na moeda única, em Schengen ou nos modelos de segurança e defesa mais integrados é a chave para colocar Portugal no eixo da Europa do futuro»

Seixas da Costa
Diário de Notícias, 20 de Maio

«O modelo federal, qualquer que ele seja, tem vantagens e inconvenientes que têm de ser analisados com atenção»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macao	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macao	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.